**INSTITUTO ENSINAR BRASIL**

**CENTRO UNIVERSITÁRIO DOCTUM DE TEÓFILO OTONI**

**ATENDIMENTO PSICOSSOCIAL DE JOVENS EM USO DE ÁLCOOL**

**TEÓFILO OTONI**

**2019**

**DAYARA DE ALMEIDA TEODORO**

**LETÍCIA PEREIRA DE SOUZA**

**CENTRO UNIVERSITÁRIO DOCTUM DE TEÓFILO OTONI**

**ATENDIMENTO PSICOSSOCIAL DE JOVENS EM USO DE ÁLCOOL**

**Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Psicologia do Centro Universitário Doctum de Teófilo Otoni, como requisito parcial para a obtenção do grau de bacharel em Psicologia.**

**Área de concentração: Psicologia Social**

**Orientadora: Prof. Neuslete Esteves dos Santos Neuman.**

**TEÓFILO OTONI**

**2019**

****

**CENTRO UNIVERSITÁRIO DOCTUM DE TEÓFILO OTONI**

**FOLHA DE APROVAÇÃO**

O Trabalho de Conclusão de Curso intitulado ATENDIMENTO PSICOSSOCIAL DE JOVENS EM USO DE ÁLCOOL, elaborado pelas alunas DAYARA DE ALMEIDA TEODORO E LETÍCIA PEREIRA DE SOUZA foi aprovado por todos os membros da banca examinadora e aceita pelo curso de Psicologia do Centro Universitário Doctum de Teófilo Otoni como requisito parcial para a obtenção do título de

**BACHAREL EM PSICOLOGIA**

Teófilo Otoni, 06 de Dezembro de 2019.

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

Profa. Orientadora: Neuslete Esteves dos Santos Neuman

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

Examinador

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

Examinador

Dedicamos este trabalho á nossos pais e avós pela dedicação, ensinamento, pelo amor e apoio incondicional em todos os momentos da vida e por nos fazer acreditar que esse sonho seria possível.

Vocês são exemplos de vida e conduta.

**AGRADECIMENTOS**

Agradecemos primeiramente a Deus que nos deu força e coragem para vencer todos os obstáculos e dificuldades enfrentadas durante o curso e por ter nos dado essa oportunidade de conquista e força durante a caminhada.

A nossa orientadora, a professora Neuslete Esteves dos Santos Neuman, que teve um papel fundamental na elaboração deste trabalho.

Aos nossos amigos que sempre foram presentes em todas as etapas da vida; aos novos amigos por toda cumplicidade e companheirismo, aos colegas de sala pelo incentivo e auxílio na nossa formação.

Ás nossas famílias pelo apoio, dedicação e paciência durante as ausências, estando longe de casa e que sempre nos apoiaram nos estudos e nas escolhas tomadas.

Obrigada á todos que nos acolheram na construção desse sonho, que juntos tornamos realidade.

*Um dia, quando olhares para trás verás que os dias mais belos foram aqueles em que lutastes.*

*Freud*.

**Abreviaturas e Siglas**

ACS - Agentes Comunitários de Saúde

CAPS - Centro de Atenção Psicossocial

CAPS AD - Centro de Atenção Psicossocial Álcool e Outras Drogas

CAPS AD III - Centro de Atenção Psicossocial de Álcool e Outras Drogas 24 horas

CAPS i - Centro de Atenção Psicossocial Infantil

CFP - Conselho Federal de Psicologia

COFEN - Conselho Federal de Entorpecentes

CONAD - Conselho Nacional Antidrogas

CR - Consultório de Rua

CRAS - Centro de Referência da Assistência Social.

CREAS - Centro de Referência Especializado de Assistência Social

CREPOP - Centro de Referência Técnica em Psicologia e Políticas Públicas

CRP - Conselho Regional de Psicologia.

ECA - Estatuto da Criança e do Adolescente

ESF - Estratégia Saúde da Família

NASF - Núcleo de Apoio a Saúde da Família

OMS - Organização Mundial de Saúde

ONGs - Organizações não Governamentais

ONU - Organizações das Nações Unidas

PAEFI - Proteção e Atendimento Especializado à Famílias e Indivíduos

PAIF - Atendimento Integral à Família

PP - Políticas Públicas

PPS - Políticas Públicas de Saúde

RD – Redução de Danos

SUS - Programa Único de Saúde

UAS - Unidades de Acolhimento

**RESUMO**

O estudo vem discutir sobre o consumo excessivo de álcool entre os jovens brasileiros bem como as condições e vulnerabilidades sociais que a dependência do álcool pode ocasionar**.** O trabalho busca um olhar para esses jovens como um todo, em suas transformações na vida e na comunidade em que vive, buscando alternativas para a superação da situação. Estudo baseado na Psicologia social que visa intervir no atendimento Psicossocial ajudando os jovens a se perceberem como sujeitos de direitos e deveres. O atendimento Psicossocial com esses jovens em um consumo excessivo de álcool se da numa perspectiva de Redução dos Danos. O trabalho procurou compreender e analisar como a Psicologia Social pode intervir de maneira significativa a fim de proporcionar aos usuários melhores condições e qualidade de vida, que demandam buscar dispositivos que os auxiliem, como a Política de Redução de Danos e demais Políticas Públicas de ações preventivas que contribuam com a compreensão da problemática do alcoolismo. Salientando a importância da inserção do profissional de Psicologia e atuação, para garantia dos seus direitos a saúde psicossocial, intervindo sobre as possíveisconsequências psicológicas sofridas. O estudo objetiva a discussão sobre o desenvolvimento e estrutura psicológica da juventude no contexto atual, a diferença da adolescência para juventude, a Psicologia Social e sua relação com a juventude e políticas públicas, e por fim, a juventudee sua relação com á vulnerabilidade e risco social.

**Palavras-chave:** Alcoolismo. Jovens Brasileiros. Psicologia Social. Políticas Públicas. Vulnerabilidade.

**ABSTRACT**

The study discusses the excessive consumption of alcohol among young Brazilians as well as the social conditions and vulnerabilities that alcohol dependence may cause. The paper seeks a look at these young people as a whole, in their transformations in life and in the community in which they live, seeking alternatives to overcome the situation. Study based on social psychology that aims to intervene in psychosocial care helping young people to perceive themselves as subjects of rights and duties. Psychosocial care with these young people in excessive alcohol consumption is from a Harm Reduction perspective. The work sought to understand and analyze how Social Psychology can significantly intervene in order to provide users with better conditions and quality of life, which demand to find devices that help them, such as the Harm Reduction Policy and other public policies for preventive actions. that contribute to the understanding of the problem of alcoholism. Stressing the importance of the insertion of the Psychology professional and performance, to guarantee their rights to psychosocial health, intervening on the possible psychological consequences suffered. The study aims to discuss the development and psychological structure of youth in the current context, the difference from adolescence to youth, Social Psychology and its relationship with youth and public policies, and finally, youth and its relationship with vulnerability and social risk.

**Keywords:** Alcoholism. Young Brazilians. Social Psychology. Public policy. Vulnerability.

**SUMÁRIO**

[1 INTRODUÇÃO 19](#_Toc25664151)

[2 REFERENCIAL TEÓRICO 23](#_Toc25664152)

[2.1 Adolescência, juventude, desenvolvimento psicológico e a contemporaneidade 23](#_Toc25664153)

[2.2 Juventude brasileira e seus desafios 29](#_Toc25664154)

[2.3 Juventude e alcoolismo, vulnerabilidade e risco social 33](#_Toc25664155)

[2.4 Contribuições da psicologia no atendimento psicossocial a jovens em uso abusivo do álcool 38](#_Toc25664156)

[2.5 Jovens em uso abusivo de álcool as políticas públicas e a rede de atendimento psicossocial 42](#_Toc25664157)

[3 MÉTODOLOGIA E PROCEDIMENTOS DA PESQUISA 51](#_Toc25664158)

[3.1 classificação da pesquisa 51](#_Toc25664159)

[3.2 procedimento de coleta de dados 51](#_Toc25664160)

[3.3 análise e interpretação 52](#_Toc25664161)

[4 CONSIDERAÇÕES FINAIS 55](#_Toc25664162)

[REFERÊNCIAS 59](#_Toc25664163)

# 1 INTRODUÇÃO

O tema, Atendimento Psicossocial de Jovens em Uso de Álcool busca analisar, as condições de vulnerabilidades que alguns jovens vivenciam. Este estudo trás a reflexão acerca da população jovem brasileira, levando em consideração que na atualidade muitas pessoas sofrem com essa dependência, um dos grandes problemas que vem sendo relatado entre a juventude.

Concentrado na área da Psicologia Social com o foco frente à situação psicossocial dos jovens e o alcoolismo, o estudo perpassa pelos atendimentos psicossociais aos jovens, averiguando desde o surgimento e acessoa substância psicoativa que está diretamente ligado à história da humanidade, fazendo parte da cultura e formas de lazer, alguns indivíduos não têm a consciência sobre o uso abusivo do álcool podendo ocasionar graves consequências.

De acordo Freitas e Gárcia (2015), baseado na Pesquisa nacional de 2013 há um índice considerável de consumo de álcool entre os jovens na atualidade e com uso nocivo que geram consequências como doenças e lesões, o câncer, cirrose, desordens mentais, mesmo ás não intencionais como, a violência e os acidentes de trânsito, podendo acarretar em dependências e riscos que a longo prazo podem se tornar causas de mortes.

Os principais objetivos desse trabalho consistem em verificar a relevância e eficiência do atendimento psicossocial de jovens brasileiros que consomem excessivamente o álcool, traçando técnicas de apoio e enfrentamento com intervenções pautadas na perspectiva de Redução de Danos, apontando os indicadores do problema articulado aos índices de vulnerabilidade social bem como os riscos e desafios sociais.

Considerando o processo histórico de inserção do Sistema de Políticas Públicas brasileiras e de Proteção Social a saúde, os programas e dispositivos de Atenção á Saúde como o Centro de Atenção Psicossocial (CAPS), a Política de Redução de Danos (RD), o Centro de Referência da Assistência Social (CRAS), o Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS), a Política do Núcleo de Apoio á Saúde da Família (NASF), a Estratégia Saúde da Família (ESF) e o Centro de Referência Especializado para População em Situação de Rua (Centro POP) esses dispositivos vem para acolher, atender e reconhecer esses jovens como sujeitos que tem direitos aos mesmos acessos e sistemas com qualidade, auxiliando sobre problemas e desafios enfrentados, com alternativas para a superação da situação de uso excessivo de álcool, entendendo essa condição de vulnerabilidade vivenciada por esses jovens, suas necessidades, potencialidades e desafios, em uma perspectiva de trazer visibilidade das diferenças e valorização de singularidades para minimizar os riscos e os prejuízos, numa perspectiva de melhorar a qualidade de vida.

O trabalho reflete através da Psicologia Social buscando compreender os comportamentos do homem nas suas relações sociais em comunidade, observando a interação e a interdependência entre os indivíduos, as influências e o encontro grupal, para assim, entender a condução dos grupos na intervenção psicossocial, visando um olhar para esses jovens como um todo, como indivíduos capazes de transformações na vida e na comunidade em que vivem.

Para Vieira (2015), a Psicologia Social tem um estudo amplo como, o estudo sobre as relações interpessoais como, as influências, conflitos, comportamento divergente, autoridades, etc. Os fatores psicológicos da vida social como, sistemas motivacionais, liderança, alienação, entre outros. Os processos de socialização, preconceito, ideologia, opiniões, papéis sociais, etc.

Com base nas teorias da Psicologia Social, tendo foco nas dificuldades, necessidades e perigos que os jovens em situação de vulnerabilidade associada ao uso excessivo do álcool enfrentam, é preciso considerar que tais fenômenos precisam de atenção.

Tendo a pesquisa, analisado que os jovens estão adentrando cada vez mais no mundo das drogas com álcool, a teoria da Psicologia Social com técnicas e metodologias procura descrever sobre os danos trazidos aos jovens, possibilitando um entendimento quanto às possibilidades de tratamentos, o que perpassa pelas Políticas Públicas, destacando o cuidado e auto cuidado possibilitando mudanças de atitude frente às situações de vulnerabilidade.

O estudo foi baseado em uma pesquisa básica pura, a nível descritivo, caracterizando-se como qualitativa. Como procedimentos, optou-se pela pesquisa bibliográfica, com coleta de informações a partir de artigos, livros, teses e demais materiais de cunho científico, através da plataforma do Google Acadêmico e demais sites virtuais.

Assim, o trabalho tem como foco, conhecer os dispositivos de Políticas Públicas voltadas para a juventude brasileira em uso abusivo de álcool, conhecer sobre as relações sociais, visando encontrar uma melhor qualidade de vida para esses jovens, trazendo discussões sobre a juventude e a contemporaneidade. A partir disso, o trabalho busca entender as condições que esses jovens vivem na sociedade contemporânea, ampliando a visão sobre aspectos que tangem a dependência do álcool.

O primeiro capítulo da ênfase a adolescência pautada numa perspectiva das vivências e desenvolvimento no processo de evolução que vão sendo construída com as experiências da vida. A juventude ressalta a transição e mudanças na contemporaneidade bem como seu desenvolvimento psicológico na perspectiva histórico cultural. O capítulo busca assim, a diferenciação nos processos de adolescência e juventude relacionada ao desenvolvimento psicológico na atualidade.

O segundo capítulo ressalta a juventude brasileira e os desafios enfrentados acometidos pela dependência do álcool pautados na exclusão, marginalização, desemprego e violência que podem impactar na identidade social desses jovens.

O terceiro capítulo se trata da relação da juventude e alcoolismo enfatizando o consumo excessivo de álcool por sujeitos menores de 18 anos de idade, ressaltando o índice do consumo de álcool através de pesquisas científicas trazendo em pauta a vulnerabilidade e o risco social.

O quarto capítulo trás a contribuição da psicologia no atendimento psicossocial desses jovens em uso abusivo de álcool ressaltando os fatores e estímulos sociais que fazem com que os jovens abusem do uso do álcool.

O quinto capítulo aborda a relação das Políticas Públicas bem como a rede de atendimento psicossocial com os jovens em uso abusivo de álcool numa perspectiva de combate ao uso exagerado de álcool e outras drogas.

# 2 REFERENCIAL TEÓRICO

# 2.1 Adolescência, Juventude, desenvolvimento psicológico e a contemporaneidade

A adolescência no geral tem sido compreendida como período relevante do desenvolvimento humano, fase crítica na qual experiências e vivências acontecem, ocorrendo a constituição do ser humano, com peculiaridades próprias da fase, a níveis físicos, cognitivos e psicossociais.

Conforme Bordignon (2015) para dizer de sujeitos adolescentes é preciso levar em consideração a época em que vivem e se desenvolvem, compreendendo seus psiquismos a partir das explicações dadas sobre os sujeitos. Sendo características observadas dos adolescentes como, “síndrome normal da adolescência”, relatando serem próprios da fase como, oscilações de humor, sintomas antissociais, de conduta que podem passar no desenvolver do seu psiquismo e socialização.

A adolescência é apontada como uma fase de características adoecidas e instáveis, com um conjunto de sintomas que se deve esperar passar, no entanto, a adolescência faz parte do desenvolvimento, é um processo, uma etapa que vai sendo construída de acordo as vivências e histórias dos sujeitos. Desenvolver faz parte da perspectiva de continuidade e evolução do processo natural e vital.

Os autores Tomio e Facci (2009) contrapõem a esse ponto de visão, não concordavam com o pensamento biologista, compreendendo que a característica de um determinado fenômeno perpassa por uma sequência, por um processo, pois, a educação e a psique em determinado período de seu conhecimento é definido pela história das ciências e não pode descartar a subjetividade humana do seu desenvolvimento, atentando ás especificidades e contexto sócio histórico, período particular da vida de um indivíduo.

Adolescência na perspectiva da Psicologia histórica - cultural é vista de forma crítica em dois sentidos, o primeiro investiga como a realidade e o nexo interno agem criticamente as tais explicações, procurando a realidade**.** Em um segundo momento observa ás explicações mais elaboradas, visto que algumas contêm formas de interpretação e outras já parecem equivocadas, mas os fatos podem ser explicados a partir dos contextos de relações. As funções Psicológicas complexas são desenvolvidas conforme os sujeitos internalizam com a linguagem e interação, diferenciando das funções elementares biológicas. Instrumentos da atividade interna do psiquismo do sujeito que se apresenta como autorregulação e autocontrole diante das relações estabelecidas. (BORDIGNON, 2015).

Adolescência assim é um produto histórico e contemporâneo, reconhecida quando os sujeitos adolescentes se tornaram alvo de holofotes, quando se aprofunda nas explicações de contextos sociais que vão sendo constituídos no desenvolver da identidade. Quando agem por meio da linguagem, raciocínios lógicos, arte, dentre outros meios que o homem utiliza no cotidiano, são processos psíquicos e naturais das relações sociais que desenvolvem o homem.

Para Tomio e Facci (2009), o conceito de adolescente difundido na Psicologia foi marcado pelo discurso de uma prática naturalizada e biológica, não levando em consideração o contexto social e histórico dos indivíduos. São Mencionadas críticas a alguns autores que separam o desenvolvimento do psiquismo e o social histórico, ressaltando características puramente naturais de tensões emocionais, cronológicos, independente da cultura que estão imersos.

O processo de adolescência precisou ser revisto para não ficar somente no plano biológico, passando a ser um período de transição em constante desenvolvimento e amadurecimento, um sujeito social que nasce com as interações diversas no mundo inserido nas culturas. (TOMIO; FACCI, 2009).

Os estudos da Psicologia estavam concentrados na Psicologia do desenvolvimento, dando atenção aos estágios evolutivos que antes focavam no físico, com características negativas e idades cronológicas. Mesmo Freud e a psicanálise da época limitavam a concepção de adolescência às condições emocionais. Piaget com teoria da cognição desconsiderava as experiências sociais e influências da cultura. (TOMIO; FACCI, 2009).

Para Tomio e Facci (2009), sobre a redução da Psicologia aos aspectos físicos, atribuindo ênfase a nova perspectiva do autor Vigotski (2001) com a adolescência sendo compreendida como uma postura nova, com construção do psiquismo que dialogava com o homem em construção, fazendo a relação de natureza, cultura e história, apontando os adolescentes como sujeitos e agentes em processo de mudanças e transformações psicológicas.

Conforme Tomio e Facci (2009) há mudanças nos adolescentes quando se tornam jovens, passando por transformações nas novas esferas sociais, surgem demandando diferentes posicionamentos nas relações, sendo mais críticos com um maior domínio de suas funções psicológicas e sociais.

A sociedade espera dos jovens uma organização psíquica, para responder às demandas e expectativas de um novo modelo, uma nova época de habilidades e significativas configurações.

De acordo com Andrade (2010), no amadurecer dos jovens ocorre transições e ascensões que formarão suas identidades pessoais e sociais, levando a um estatuto social adulto, que faz parte da sua participação em sociedade. No entanto, essa transição não se dá de maneira fácil, ocorrendo obstáculos e desafios para os jovens, mudanças sociais que darão origens aos adultos em construção.

Falar de jovens é um período de transição, uma passagem por um ciclo que começou na adolescência e está encaminhando para a vida adulta, fase carregada por incertezas e de características não só biológicas, físicas, hormonais, mas, também sociais e psicológicas, tempo de constantes mudanças que constituirão suas identidades, passando a fazer parte cada vez mais dos aspectos sociais.

Acerca da definição de juventude o autor afirma que

A juventude é, ao mesmo tempo, uma condição social e um tipo de representação. Se há um caráter universal dado pelas transformações do indivíduo numa determinada faixa etária, na qual completa o seu desenvolvimento físico e enfrenta mudanças psicológicas, é muito variada a forma como cada sociedade, em um tempo histórico determinado e, no seu interior, cada grupo social vai lidar e representar esse momento. (LARA, 2008, p.7).

Para León (2005), ser jovem é torna-se responsável ou co-responsável, é saber conduzir suas ações diante da sociedade para um bem comum, é colaborar com seu meio além de ser apto na condução da própria vida e ser responsabilizado por isso. Porém, o desenvolver para a vida adulta pode acontecer de formas diferentes, pois, leva em consideração os contextos sociais que cada ser vivência e as particularidades de cada sujeito, ocorrendo fases e singularidades próprias que podem vir a ser afetadas por questões sociais.

Para Andrade (2010), falar dos aspectos psicológicos dos jovens envolve analisar vários âmbitos, levando em consideração a cultura e o tempo em que vivem. Os jovens observam pontos favoráveis e não favoráveis na inserção da vida adulta, com maiores responsabilidades e obrigações. Devido à época e acontecimentos que se vivem, a juventude tem sido prolongada, pois, os jovens não se consideram aptos para adentrar nesse outro universo de incertezas e escolhas.

Nos novos desafios estão as dificuldades de se inserir no mercado de trabalho, constatando também que há um atraso, pois, os jovens passaram a estudar mais, devido à cobrança do mercado de trabalho. (ANDRADE, 2010)

Segundo Souza *et al.* (2012), os jovens associam o bem-estar `a felicidade, que atravessa questões cognitivas como se sentir bem com experiências favoráveis e percebendo as não favoráveis. Saindo da fase da adolescência para a fase adulta, passa por tarefas psicológicas como a conquista de autonomia, equilíbrio e autoestima, o que podem gerar desconfortos psíquicos. Os incômodos podem se da por individuação em relação aos pais, fatores econômicos, mortes, desemprego, doenças, religião e tudo que influenciam na percepção e no bem-estar psicológico dos sujeitos.

Salles (2005) abarca adolescência contemporânea mediante as novas relações que ocorrem, entre adolescentes e o mundo adulto, estando sempre os jovens acompanhados por transformações de valores, cultura e história, vivenciando novas estratégias de constituição do psiquismo obtendo como elementos básicos. A atual sociedade almeja adolescentes disciplinados para que se tornem bons jovens e adultos, socializados, apresentando novas configurações familiares e sociais, com relações mais dialógicas e igualitárias, com maiores permanências dos adolescentes e jovens em casa, em função das novas organizações sociais.

Nos tempos modernos vem ocorrendo uma despadronização, com a velocidade dos acontecimentos, do consumo, das satisfações, dos desejos, novas relações de autoridades e valores sociais, tempos de novas crises de autoridades. Tornando os jovens adultos, que buscam se esquivar dos conflitos evitando discussão. Os novos psiquismos vão sendo constituídos de acordo as relações e modelos que o meio apresenta, ocorrem características próprias de uma nova geração, surgindo assim, novas demandas por Políticas sociais para orientar as novas relações.

Para Souza (2004), a juventude na contemporaneidade é marcada por diversas questões como escolhas, possibilidades, mudanças, riscos e indecisões que são construídos a partir da experiência social contemporânea, com identidades juvenis que contém desejos de viver em grupo. Ao transformar o jovem em um ser social, a sociedade contemporânea se mostra mais participativa, acompanhando o novo universo da globalização, de redes interativas que emergem através das condições sociais vivenciadas pelos jovens brasileiros. Contextos de dificuldades e desafios surgem demandando dos sujeitos à conquista por espaços de sociabilidade.

Souza (2004) descreve que as juventudes precisam ser analisadas no âmbito sociológicas, psicológicas, pedagógicas, antropológicas, perante as mudanças físicas, psicológicas e comportamentais. Estudos nessas áreas tem relatado como problemas dos jovens o abuso de álcool e drogas, delinquência, gravidez, entre outros, em consequência aos jovens passam por tempos de crises.

Adolescência e juventude nos tempos passados não eram vistas separadamente, eram associadas a fases de aprendizes, a modernidade pensava juventude como categoria socialmente construída, que passa por modulações e vão aprendendo com o desenvolver das interações e da cultura. A juventude vista como fase “problemática” passa a atrair atenção do poder público que concederá medidas legislativas para controle das situações de risco.

No Brasil, a baixa economia gerou desemprego demonstrando como motivos de frustrações e desânimo entre os jovens, referindo a essa parcela da população como fragilizados, afetados nas suas identidades que são construídas por suas experiências, sendo necessário aprender a redefini-las nos espaços de convivência social, reforçando a autoestima entre os grupos para fortalecimento das identidades. (SOUZA, 2004).

O tempo para a juventude é marcado pela velocidade, caracterizados como sociedades da informação; são imersos em um sistema de socialização, com precoces internalizações de desejos, estresse, incertezas e possibilidades. Assumindo responsabilidades vão formando os pensamentos, identidades emoções, interiorização de regras e valores. (SOUZA, 2004).

Conforme Souza (2004) o homem não vive de isolamentos, são nas interações que o ser humano aprende e evolui com o outro. Os jovens são inseridos em grupos, apreendendo culturas e experiências que irão se construir de sentidos levando à sociabilidade.

Na contemporaneidade ocorre uma redefinição de papéis de formas e valores nos grupos juvenis, e ao mesmo tempo em que existiam os conflitos existia a harmonia, com um alargamento do que se entende por juventude, iniciando aos 12 anos de idade na adolescência e estendendo aos 29 anos de idade. Prolongando também a dificuldade de inserir no mercado de trabalho, na escola, nos projetos e vínculos familiares, necessitando haver uma investigação para saber onde os jovens estão buscando bases emocionais para lidar com a vida. (SOUZA, 2004).

O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) Lei nº 8.069, possibilitou grandes expectativas no campo das Políticas Públicas de juventude assegurando e complementando a proteção para crianças e adolescentes. O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) abrange crianças e adolescentes de até 18 anos de idade, com o objetivo de fortalecer as Políticas de autonomia e emancipação dos jovens entre 18 e 29 anos de idade no Brasil. (CASTRO; MACEDO, 2019).

Duailibi e Laranjeira (2007) as intervenções regulatórias se mostram mais eficientes quando são aplicadas aos ambientes de consumo etílico. No Brasil leis federais de bebidas alcóolicas relatam proibição a vendas de bebidas para sujeitos menores de 18 anos, demostrado no artigo 242 do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), também concerne a Lei 8. 069/90, das Contravenções Penais, artigo 63. Embora o álcool faça parte de um contexto social, cultural e comunitário a mobilização da consciência se faz importante em relação aos problemas relacionados ao abuso deste numa fase precoce do desenvolvimento humano.

O decreto nº 6.117 aprova a Política Nacional sobre o álcool, dispondo sobre o uso indevido, com medidas de redução da violência e criminalidade, estabelecendo um controle social da substância, sanando problemas de saúde e maiores consequências. Com novas adaptações e hábitos culturais da comunidade, produzindo bem – estar, flexibilidade, facilidade, apoio social e mobilização, com menos prejuízos de custos sociais no que tange a segurança e saúde. (DUAILIBI; LARANJEIRA, 2007).

Para Tomio e Facci (2009), almejando responder às novas demandas da sociedade os jovens passam pela fase de transição para a vida adulta carregados de turbulências e de potencialidades, necessitando serem estimulados para chegar a um equilíbrio e desenvolvimento saudável, perpassando pelos conflitos inerentes as relações humanas são convocados a se inserirem no meio social como protagonistas de novas possibilidades. Desenvolvem-se buscando atingir a maturidade psicológica essencial ao ingresso no mundo adulto de uma nova época colocando-se vulneráveis nesse processo.

# 2.2 Juventude brasileira e seus desafios

Definir o que seja jovem ou juventude é um exercício complexo, pois, corresponde a construções sociais nem sempre presentes nas sociedades. Ronzani e Furtado (2010) o comportamento de ingestão de álcool é antigo no mundo, presente em muitas culturas, sociedades e na história da humanidade, essa ingestão faz parte de um ritual social que ao longo do tempo passaram por algumas mudanças, na modernização, economia e organizações sociais, o consumo associou as atividades recreativas como, o prazer com doses exacerbadas se tornando um grande problema de saúde pública. No Brasil a realidade epidemiológica demonstra aumento de doenças crônicas, relatando que alguns aspectos comportamentais em relação ao tratamento e prevenção vêm aumentando sendo relevante o bom atendimento das equipes de profissionais, como os de Políticas Públicas e Assistência Social.

Para além dos problemas físicos e orgânicos os autores apontam para os problemas sociais, como a moralização e estigmatizações que podem influenciar nos resultados do tratamento e acessos aos serviços de saúde no Brasil. À saúde mental e a dependência de álcool passam por grandes processos de estigmatizações por profissionais e pela população, que atribui rótulos, estereótipos e preconceitos, desencadeando consequências, como agravamentos da situação. O estigma leva essas pessoas à marginalização e exclusões sociais, impactando na identidade social e desvalorização podendo produzir patologias que desencadeiam em estratégias de enfrentamentos ou fugas da realidade, com distanciamento social produzindo consequências diretas e indiretas dificultando o acesso aos cuidados como a saúde, emprego, educação, moradia, entre outros. (RONZANI; FURTADO, 2010).

Para Sposito e Carrano (2003), a juventude brasileira para a maioria das pessoas é vista como sinônimo de transição, experimentações e definições sobre as próprias pessoas com interesses e projetos com relação ao mundo ao seu redor. É um momento considerado de transformação pessoal com perspectivas de mudanças sociais para o futuro. A juventude não pode ser compreendida apenas pela faixa etária de idade, mas, como um elemento de mudança tanto na personalidade quanto na sociedade.

Muitos jovens se deparam com grandes impasses no decorrer de sua vida, são nesses processos de exposição e escolhas que se consolidam valores, atitudes e preferências. A juventude é considerada o momento de exposição a diversas possibilidades para sua formação, esses jovens são expostos a um conjunto de riscos nas quais as consequências podem ser prejudiciais em seu processo de desenvolvimento social.

Segundo o Ministério da Saúde

Os danos e problemas a curto prazo do consumo de álcool são geralmente acidentes de carro traumáticos, violências e agressões, atividade sexual não planejada ou não desejada, conflitos com a lei ou com o patrão. Mortes acidentais, como afo­gamento, são frequentemente associadas ao consumo de álcool. Em algumas comunidades, onde há uma grande produção de álcool ilicitamente, o enve­nenamento pode ser uma ocorrência comum. Geralmente, esses episódios são resultados de exagero de consumo ou de compulsão à bebida. Os danos a longo prazo são resultados de consumo pesado (ou de alto risco) por um período maior de tempo. Danos a órgãos físicos (coração, fígado), perda de relacionamentos pessoais ou de emprego ou problemas financeiros podem surgir a partir do consumo exagerado e prejudicial de álcool. (BRASIL, 2004, p.30)

Os jovens são sujeitos de direitos e com potencial para o exercício juvenil, desde que a sociedade possibilite e ofereça oportunidades para o seu crescimento. Com isso, entende-se que os jovens são considerados como o patrimônio de uma nação é visto como “o futuro do país”, um ser em formação, que pode crescer e evoluir em um ser humano ‘’útil ou inútil’’ para o progresso do País.

Conforme León (2005), a juventude compreende fases importantes da vida, que vá além da adolescência, perpassa por uma faixa etária e demais características que demarcam ser uma geração, trazendo maturidade e experiências vividas. No Brasil são caracterizados pelas questões sociais que os rodeiam, desafios e construção de projetos se fazem necessário, conforme as singularidades dos grupos, precisando da participação e ação dos próprios jovens, buscando espaços que os auxiliem nos seus desenvolvimentos.

Abramo (2005) aponta que no Brasil a Política destinada aos jovens relaciona se à educação, a partir disso, que demais programas são pensados e destinados, como os de preparação na área da saúde, de prevenção a comportamentos de riscos, como por exemplo, abusos de drogas.

Abramovay *et al.* (2002), apontam cinco desafios mais enfrentados pelos jovens, a concepção de juventude, ou seja, desconsiderar os direitos humanos singulares aos jovens, não dar voz a esses jovens, não reconhecer os jovens como atores de sua própria identidade. Outro desafio apontado é a realidade dos jovens brasileiros como, a não escolaridade e a luta para sobrevivência com um salário mínimo. O desafio do contexto da violência, que afeta a integridade física, emocional e patrimonial dos jovens. O desafio da cultura de violências que se refere ao individualismo, consumismo e competição exacerbada que expõe os indivíduos aos danos físicos e morais. E o desafio do contexto global que se refere ás transformações dos jovens.

Para Ronzani e Furado (2010) a juventude tem sido associada, socialmente e historicamente a determinados problemas sociais, como por exemplo, o desemprego, aos problemas de saúde agudos, crônicos, acidentes de trânsito, violências, comportamentos sexuais de riscos, suicídios, familiares, no trabalho, rendimento acadêmico e de influência midiática.

Os autores Guimarães e Almeida (2013) pontuam o mercado de trabalho como um grande desafio na vida dos jovens, eles enfatizam esse desafio pela baixa escolaridade e fragilidade da formação educacional. Esses fatores estão relacionados á transição para a vida adulta de responsabilidades e ocupações.

Ronzani e Furtado (2010) relata que o atendimento precisa ser baseado em cuidados, investindo em Políticas Públicas e demais ações que englobe os problemas referentes ao uso abusivo de álcool. As pessoas são estigmatizadas por serem responsabilizadas por suas condições de dependências, pois, os danos estão associados à sociedade e como ela percebe o diagnóstico de dependência.

Segundo Atlas da Violência 2019

A morte prematura de jovens (15 a 29 anos) por homicídio é um fenômeno que tem crescido no Brasil desde a década de 1980. Além da tragédia humana, os homicídios de jovens geram consequências sobre o desenvolvimento econômico e redundam em substanciais custos para o país. (BRASIL, 2019, p.25)

No ano de 2017, foram assassinados 35.783 jovens brasileiros. Essa taxa representa para cada 100 mil jovens no Brasil um numero de 69,9 dos homicídios no país, considerando um recorde nos últimos dez anos. Os resultados de óbitos entre os jovens brasileiros variam de acordo as idades, entre15 a 29 anos de idade a taxa é de 51,8%; entre 20 a 24 anos de idade a taxa é de 49,4%; entre 25 a 29 anos de idade a taxa é de 38,6%.

A Atlas da violência 2019 ressalta os Estados com menores índices de homicídios entre os jovens no ano de 2017, São Paulo (18,5), Santa Catarina (30,2) e Piauí (38,9). Os Estados com maiores índices foram o Estado do Rio Grande do Norte (152,3), Ceará (140,2) e Pernambuco (133,0).

Entre os anos de 2016 e 2017, houve um aumento na taxa de homicídios entre os jovens nos Estados do “Ceará (+60,0%), Acre (+50,5%), Pernambuco (+26,2%), Rio Grande do Norte (+21,3%) e Espírito Santo (+20,2%). As diminuições mais expressivas ocorreram no Distrito Federal (-21,3%), no Piauí (-13,9%) e no Paraná (-13,3%)”. (BRASIL, 2019, p.26).

O maior índice de homicídios que acontece entre os jovens são do sexo masculino na faixa etária de 15 a 29 anos de idade. Os três estados com maiores taxas considerando apenas os jovens do sexo masculino foram Rio Grande do Norte (281,9), Ceará (262,6) e Pernambuco (255,4). As menores taxas estão entre os Estados de São Paulo (33,3), Santa Catarina (53,6) e Mato Grosso do Sul (72,3). Houve um crescimento de 38,3% entre 2007 e 2017 na taxa de homicídios entre os jovens do sexo masculino. (BRASIL, 2019).

Atlas da violência 2019 ressalta

[...] a necessidade de políticas públicas focadas na redução de homicídios entre jovens, principal grupo vitimado pelas mortes violentas intencionais. [...] A redução da violência letal entre jovens, dessa forma, é um importante quesito para a redução dos homicídios no Brasil. [...] é fundamental que se façam investimentos na juventude, por meio de políticas focalizadas nos territórios mais vulneráveis socioeconomicamente, de modo a garantir condições de desenvolvimento infanto-juvenil, acesso à educação, cultura e esportes, além de mecanismos para facilitar o ingresso do jovem no mercado de trabalho [...] (BRASIL, 2019, p.29-30).

Para Duailibi e Laranjeira (2007) entender o alcoolismo é buscar entender os fatores que estão envolvidos nos processos dos comportamentos e respostas individuais que cada sujeito atribui às instituições sociais que estão envoltos, relacionados à suas vulnerabilidades biológicas, psicológicas, sociais e econômicas.

Algumas regulamentações visam conduzir e harmonizar as relações sociais, propiciando um ambiente de convivência mais agradável e saudável, com ações preventivas e educativas que compartilham conhecimentos com a sociedade, tencionando a conduzir e modificar comportamentos e atitudes precoces de ingestão alcóolicas. Com Leis e normas que permitem as pessoas refletirem sobre o ato de beber, embora, não signifique o controle sobre o consumo excessivo. A regulamentação com a classificação de preços e taxações examina não somente pelo lado do vendedor mais também do consumidor, oportunizando um consumo mais consciente. (DUAILIBI; LARANJEIRA 2007).

Sendo assim, a fase da passagem da adolescência para a juventude tem se tornado preocupante, visto que o consumo excessivo de álcool pode acarretar em danos sociais e psicológicos com possibilidades de apresentar vulnerabilidade social e assim, o consumo precoce pode se potencializar tornando os jovens em dependentes químicos.

# 2.3 Juventude e alcoolismo, vulnerabilidade e risco social

Atualmente na sociedade brasileira se naturalizou o consumo de álcool para sujeitos menores de 18 anos de idade e adolescentes, embora, seja proibida a venda de álcool inferior a essa idade.

De acordo Júnior (2017, p.01-02),

**[...]** crime da venda e outras condutas de facilitação de bebidas alcoólicas a menores de 18 anos, bem como do agravamento das penas respectivas, conforme operado pela Lei 13.106, de 17 de março de 2015, eludindo dúvidas interpretativas que pairavam em razão de dispositivos legais menos claros.

O consumo de bebidas alcoólicas tem se tornado uma prática natural entre os jovens, fazendo parte cada vez mais cedo da sua fase de transição. Com base nisso, o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), se mostra atento aos prejuízos a saúde, às atividades psicomotoras que o álcool pode causar também a dependência física ou psíquica. A fase de transição da infância para a maturidade é uma fase de muita importância, pois, sendo de mudança e possibilidades são nessa fase que acontecem os conflitos familiares, incertezas, dúvidas, sentimentos negativos como tristeza, solidão, autonomia, fatores socioculturais e ambientais.

Com o período de transição, os jovens ficam susceptíveis a influências externas, o afastamento do ambiente familiar e de amigos pode contribuir para o consumo de forma abusiva do uso do álcool entre os jovens podendo levar a uma overdose ou intoxicação alcoólica e assim, trazer consequências na sua vida adulta. O álcool é uma das drogas psicoativas legalmente aceitas na sociedade e seu consumo precoce vem crescendo de maneira assustadora.

Freitas e Garcia (2015), dizem que o consumo de álcool possui uma relação causal com doenças, que ocorrem lesões intencionais e não intencionais. Sendo aproximadamente 3,3 milhões de mortes no mundo, o resultado prejudicial tem como público grupos etários jovens de 20 a 39 anos de idade, sendo 25% dessas mortes ocasionadas pelo álcool.

Os dados expostos retratam a realidade que vem sendo ditas entre os jovens brasileiros, com o consumo de bebidas em alta nessa parcela da população, os acidentes e doenças secundárias e até mesmo envolvimento com demais drogas se tornam realidade nos dias atuais.

As autoras Neves *et al*. (2015) pontuam que na adolescência, é comum os jovens buscarem por novas experiências, curiosidades e novas sensações. É nesse contexto que grandes preocupações que se iniciam essa fase da vida, fase que estão os riscos relacionados ao consumo de álcool e outras drogas.

Sousa (2017, p.93-94),

**[...] é** fundamental que a sociedade esteja consciente a respeito dos motivos e/ou fatores relacionados ao consumo de álcool pelos jovens menores de idade, uma vez que, somente através de um esforço coletivo entre profissionais, população e autoridades públicas, é possível desenvolver recursos de modo a enfrentar esse paradigma avassalador que põe em risco o desenvolvimento saudável dos adolescentes.

Para Freiras e Garcia (2015), o consumo de álcool em grandes quantidades, como seis ou mais doses, mesmo que seja uma vez ao mês, por exemplo, é considerado como episódios pesados de bebida, descrita na literatura internacional como *“heavy episodicdrinking (HED)”.* Causam intoxicação e demais inconveniências graves, mesmo para quem pouco consome**.**

Janczura (2012) o conceito de risco social refere-se a um processo, usado por epidemiologistas referente a um grupo e populações. Fatores como baixo nível socioeconômico, remuneração parental, baixa escolaridade, ausência dos pais, dentre outras, são de risco no que tange ao desenvolvimento psicológico e social dos sujeitos.

Pode-se pensar risco social, assim, como parte da vida pessoal das pessoas inseridas em grupos, que passam por perigos. O risco pode envolver a perda de qualidade de vida quando não se previne, precisando de ações que reduzam o risco para extingui-lo.

Conforme Janczura (2012), vulnerabilidade social vai se referir aos indivíduos fragilizados ou ainda com predisposição a respostas ou consequências desfavoráveis, expostas a riscos com baixa capacidade material, simbólica e comportamental, com dificuldades para superação dos desafios existentes na sociedade. Vulnerabilidade relacionada à resiliência compreende-se numa predisposição psicológica das pessoas responderem as demandas existentes de forma satisfatória, no entanto, pessoas com baixa resiliência se mostram com maior predisposição a desencadear dos fatores de riscos, sintomas e doenças. Sendo individual o desenvolvimento de alguns comportamentos e crises, não sendo determinantes as predisposições genéticas, mas alguns traços da personalidade frequentemente são descritos como vulnerabilidades.

Indivíduos com menos acesso aos serviços básicos de saúde, moradia, lazer, saneamento básico, possuem menores condições de vida e maiores dificuldades para enfrentar as adversidades. Sendo assim, os fatores estressores de insatisfação mostram-se ameaças iminentes quanto ao bem-estar dos sujeitos, demandando da subjetividade de cada um no enfrentamento do risco e da vulnerabilidade. Nessa perspectiva, o auxílio governamental de Políticas de Assistência Social se mostra mais uma vez necessária.

As direções que a proteção da vulnerabilidade social vem tomando atualmente se tornam importantes para uma reflexão acerca das ideias de cidadania presentes no modelo de proteção social estatal, pois, as populações vulneráveis podem vir a serem isoladas das correntes predominantes da sociedade. Vulnerabilidade não é o mesmo que pobreza, mas a inclui, ou seja, a vulnerabilidade vai dizer da falta de ativos materiais e imateriais que a sociedade, o indivíduo ou um grupo está exposto, essas pessoas sofrem alterações significativas em seus níveis de vida.

Os autores afirmam que;

**[...]** o conceito de vulnerabilidade ao tratar da insegurança, incerteza e exposição a riscos provocados por eventos socioeconômicos ou ao não-acesso a insumos estratégicos apresenta uma visão integral sobre as condições de vida dos pobres, ao mesmo tempo em que considera a disponibilidade de recursos e estratégias para que estes indivíduos enfrentem as dificuldades que lhes afetam (AMBRAMOVAY *et al*. 2002, p. 34 -35).

Os lugares vistos como vulneráveis são aqueles que os indivíduos enfrentam riscos e tem impossibilidade de acesso às condições habitacionais, sanitárias, educacionais, trabalho e dificuldade em ter acesso ás informações e oportunidades. O não acesso a essas condições diminui as chances e oportunidades de desenvolvimento desses jovens socialmente.

Atualmente, os jovens sofrem um risco de exclusão social e essas vulnerabilidades se apresentam com maior ênfase entre crianças, idosos e jovens, pois, dependem de outra pessoa para sobreviver.

Conforme Ambramovay *et al*. (2002), para caracterizar vulnerabilidades sociais é preciso analisar os diferentes contextos, lugares e sujeitos em que vivem. Com olhares atentos aos diferentes grupos e condições sociais vulneráveis, que condicionam tipos de comportamentos.

As autoras ainda pontuam, as relações sociais atravessam culturas e diferentes subjetividades que precisam ser analisadas de perto para uma melhor compreensão. Fazendo vítimas, a vulnerabilidade afeta indivíduos, entre esses os jovens, trazendo inseguranças, postergando direitos que pode estar comprimindo toda uma geração.

Para Souza *et al*. (2004) os medicamentos, tabaco e álcool também são considerados drogas, assim como todas as substâncias psicoativas que alterem o estado de consciência. Entre essas drogas, o aumento do consumo de álcool vem preocupando profissionais da saúde, muito utilizado entre os jovens estudantes, com inícios cada vez mais precoces, os problemas associados ao álcool pode demorar tempo para se manifestar externamente, enquanto os danos orgânicos vão ocorrendo. As prevalências do uso de álcool entre adolescentes, jovens e adultos são mais elevados em relação á população no geral, caracterizando essa fase como períodos de vulnerabilidades aumentados, identificando como de riscos.

Heim e Andrade (2008) remetem o álcool relacionado ás práticas prejudiciais, sendo o abuso das substâncias psicoativas relacionadas á adolescentes e jovens envolvidos com atos de violência, descrevendo o uso das substâncias psicoativas como problemas dos comportamentos violentos que leva a atitudes desfavoráveis de alto risco, mostrando o álcool como facilitador dessas situações, acometendo em jovens delinquentes.

Freitas e Garcia (2015) mencionam estudo realizado em 2013, uma pesquisa nacional de saúde (PNS 2013), efetuada pelo Instituto Brasileiro de Geografia (IBGE 2008), que adentrava nas casas e investigavam sobre as famílias, sendo ao todo 64.348 domicílios visitados. Calculava as prevalências de acordo a diferenciação do consumo de doses entre homens e mulheres, considerando idade, escolaridade, raça, fumante ou não fumante, auto percepção da saúde, situação de moradia, doenças, entre outros aspectos.

A pesquisa PNS realizada em 2013 se mostrou detalhada, buscando explorar todos os aspectos da vida da população brasileira e a relação desta com o uso de álcool. Apontamentos esses que demonstram a qualidade de vida que as pessoas estão levando e como alguns sistemas estão funcionando.

Análises da pesquisa foram processadas e dados quantitativos trazem 60.202 pessoas acima dos 18 anos entrevistadas, sendo a prevalência do consumo abusivo de álcool, pelo menos uma vez, nos 30 dias anteriores à pesquisa foi de 13,7% (IC 95%; 13,1; 14,2%). Essa prevalência foi superior entre os homens (21,6%; IC 95%; 20,7; 22,5%), em comparação com as mulheres (6,6%; IC 95%; 6,1; 7,1%). (FREITAS; GARCIA, 2015).

Os dados demonstram uma clareza diante dos demais quesitos também examinados, observando que quanto mais as pessoas se percebiam bem, mais altos eram seus consumos. A pesquisa verificou maiores prevalências de consumo de álcool no nordeste, enquanto a região sul foi a menor. O que chama atenção comparada a dados de outras pesquisas realizadas, que trazem essas regiões também com grandes diferenças, sendo o nordeste considerado mais pobre e alvo de preconceitos em relação ao sul.

Segundo a pesquisa PNS 2013, a prevalência desse consumo abusivo no Brasil foi 13,7% (IC 95%; 13,1; 14,2%), sendo 3,3 vezes mais entre os homens, com elevação também entre os adultos jovens com cor da pele preta ou indígena, fumantes e que consideravam com boa saúde. (FREITAS; GARCIA, 2015).

Á vista disso, os casos contabilizados mostram altos números na relação entre consumo abusivo de álcool entre os jovens. Precisando estimular uma reflexão, levando em consideração os casos que foram omissos, não contribuindo verdadeiramente com a pesquisa ou mesmo as parcelas que ficaram de fora desse quantitativo. Visando estratégias e metodologias que diminuam os danos e promova desenvolvimentos saudáveis. Portanto, a prevalência do uso de álcool pelos jovens é caracterizada como um dos períodos de vulnerabilidade aumentada.

Heim e Andrade (2008), a pesquisa realizada no Brasil, em Porto Alegre refere a adolescência como período de estresse aumentando a vulnerabilidade em relação ao mundo das drogas, necessitando atrelar esse processo a saúde pública, pois, mais cedo o abuso de substâncias poderá levar a dependências e comportamentos antissociais que infringem a lei.

Tendo em vista que o consumo excessivo de álcool e a vulnerabilidade social na juventude têm aumentando a cada vez mais, resultados de uma pesquisa de 2008 organizada pelo Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas (IBASE) e pelo Instituto Pólis, chamam atenção pelos resultados, frutos de desigualdades sociais no país, que mantém acessos diferenciados e oportunidades desiguais em todas as regiões. Problemas como desemprego, qualidade da educação, preconceito, pobreza, dificuldades de acesso à cultura e lazer podem ser motivadores que levam os jovens a buscarem alternativas como a fuga da realidade, que por vezes depara-se com o mundo das drogas, como o álcool. (OLIVEIRA, 2017)

Desse modo, o uso descontrolado provocado por bebida aparece trazendo desde os adolescentes, condutas inapropriadas que podem interferir no desenvolvimento, apresentando-se como motivos e empecilhos para progressão e desenvolvimento saudáveis da geração, necessitando de estratégias, projetos, mas também de posicionamentos de protagonismos jovens, se posicionando com uma consciência crítica para superação.

# 2.4 Contribuições da Psicologia no atendimento psicossocial a jovens em uso abusivo do álcool

A Psicologia se mostra relevante, quando se propõe conhecer o âmbito psicossocial, pois, de acordo aos diferentes acontecimentos, ocorre o impacto na realidade da comunidade. A psicologia social propõe auxiliar no exame das relações, levando os sujeitos a ser conscientes, se perceberem a partir do conhecimento da subjetividade humana, mostrando a objetividade necessária de um uma investigação científica.

Hauck e Teixeira (2012) apresentam os motivos e estímulos do consumo alcóolico relacionados ao fator social, estando os motivos associados às expectativas que são desenvolvidas e compreendidas nas experiências e aprendizagem social. Consumindo ou não o álcool a expectativa ocorre por exposições e contatos com a bebida, por familiares e nos vários ambientes de circulação. O uso da substância pode se dá para o alcance dos objetivos, sendo motivos internos ou externos e para satisfação das necessidades, no caso da dependência.

O motivo social se relaciona ao ato de celebrar, comemorar e interagir com as pessoas, com estímulos internos e reforçamentos positivos, apresentando como estratégias de fuga e esquiva dos problemas no qual o sujeito quer evitar propiciando assim, integrar a um grupo de pessoas. Essa população observa muitos motivos para o uso da substância, sendo influenciados por diversos fatores, como os contextos e papéis motivacionais. (HAUCK; TEIXEIRA, 2012).

Com isso, o tratamento psicológico tem o intuito de prestar assistência preventiva e de reabilitação, por meio de terapia em grupo ou individual. E através de demais técnicas utilizadas, com intenção de fazer com que esses jovens consigam atingir seus objetivos de maneiras saudáveis, que sejam capazes de se readaptar socialmente.

Os autores Souza *et al.* (2004), argumentam que os danos do consumo excessivo do álcool podem levar algum tempo para aparecer, mas o consumo precoce pode mudar essa situação, pois, essas substâncias levam a dependência do álcool, pois, o uso excessivo de álcool se torna perigoso sem um auxílio médico.

Para Souza *et al.* (2012) embora alguns jovens tenham consciência dos perigos e riscos que o uso do álcool proporciona, abusam desse consumo e não medem as consequências, trazendo danos á sociedade, podendo propiciar acidentes, brigas, doenças, abusos sexuais. Fatores psíquicos como baixos desempenhos, dificuldades de relacionamentos com pais, afetivos, financeiras, afetando seus meios sociais, entre outras consequências.

O abuso do consumo da substância se mostra como grande problema que precisa de estratégias, programas de demais redes de apoio aos jovens, com habilidades e conhecimentos científicos que neutralizem maiores danos psicológicos, auxiliando na ressignificação desses e na compreensão do comportamento de beber. É importante ressaltar programas e Políticas que auxiliem no bem-estar dos jovens, se fazem necessários, visando reduzir danos psicológicos e prevenções à saúde dos jovens, contribuindo com qualidade de vida e aspectos saudáveis para o desenvolvimento. (SOUZA *et al*. 2012)

O atendimento psicossocial com esses jovens em uso abusivo de álcool vai acontecer através da proposta do fazer comunitário e das Políticas Públicas, como a Psicologia pode intervir na resolução desses problemas. Essa Psicologia abrange o sujeito de forma a acolhê-lo, proporcionando ao sujeito a interação das relações interpessoais o desenvolvimento físico e mental, possibilitando a readaptação na vida e na sociedade, a capacidade de enfrentamento, entendendo os processos de resiliência, estabelecer as relações com os amigos, família, comunidade e escola.

Azevêdo (2009) o objetivo é proporcionar o desenvolvimento e crescimento da população de forma consciente, com a participação destes no fazer comunitário. Esse processo só se estabelece quando ás pessoas da comunidade se unem e juntos, como um grupo conseguem direcionar seus pensamentos e ideais, por um bem em comum de todos. Cabendo como competências do Psicólogo levar esses indivíduos a conhecer seus direitos humanos fundamentais, para que assim, possam lutar por melhores condições de vida facilitando o acesso aos direitos básicos para tentar equilibrar a desigualdade que perpassa a toda uma história.

Dessa forma, o atendimento psicossocial com esses jovens em um consumo excessivo de álcool, se da numa perspectiva de diminuição para que esses jovens agreguem a comunidade e suas famílias na manutenção das relações sociais, na tomada de consciência de si, na compreensão do seu papel na comunidade mediante suas vivencias e identidade social.

Para Fernandes e Zanelli (2006), a identidade social refere-se às interações das relações humanas com compartilhamentos de objetivos em comuns, regras, valores, crenças e hábitos com trocas de influências no qual os indivíduos percebem as relações sociais importantes. A identidade pessoal apresenta um dialeto com a sociedade, concebendo o indivíduo como produto e produtor do sistema social.

Nessa perspectiva a identidade humana faz parte de um grupo mediado por processos cognitivos, variando de contextos e inserções ambientais, havendo um universo simbólico que possibilita os membros e integrantes do grupo aprender significando e viabilizando a comunicação para atuar dentro de um mesmo sistema sociocultural.

Acerca da identidade social relacionada ao consumo abusivo de álcool,

O indivíduo bebedor compulsivo sofre diversas exclusões sociais, pois perde sua identidade social, perde sua autoestima, autoconfiança, de perspectivas de futuro, de motivações e sonhos. Então se pode dizer que o alcoolismo, antes de ser um problema familiar é um problema social que, por afetar o indivíduo em todos os campos da sua vida, afeta também todas as classes, todos os gêneros e todas as esferas da vida em sociedade direta ou indiretamente. Afeta econômica, psicológica, familiar e socialmente não só os doentes, mas também aqueles que os rodeiam. Facilmente pode-se concluir que a doença influencia e condiciona a vivencia familiar do sujeito na medida em que ela não pode ser encarada como uma dimensão isolada na vida dos mesmos, mas deve ser vista como uma doença que afeta a vários níveis – doente e familiar. (SILVA; LUZ, 2015, p.14)

A identidade é vista como um fenômeno social, constituídas por diversos grupos e relações estabelecidas, não são sempre fixas, ou seja, passam por processos de construção e reconstrução, atribuindo significados que são entendidos a partir de quando os indivíduos se percebem como pertencentes dos grupos. As estruturas sociais que possuem uma cultura, histórico de relações e contextos de comportamentos rígidos, com ações que adotam verdades absolutas e comportamentos padronizados, requerem cuidado quanto às mudanças que são necessárias e atenção à alienação. (FERNANDES; ZANELLI, 2006).

Nesse caso, a família se torna um fator importante na construção da identidade social dos jovens.

[...] uma tendência identificada em famílias com indivíduos dependentes prende-se com os estilos educacionais. Verifica-se uma inconsistência disciplinar resultante quer da fraca definição de regras, quer da excessiva rigidez de limites comportamentais, ou ainda, do tipo de disciplina usado – demasiado permissivo, autoritário ou os dois em simultâneo. Assim muitas vezes pais e filhos evitam situações de responsabilidade, ou seja, fogem a situações de stress refugiando-se no consumo de álcool ou drogas, apresentando-se como modelos de evitar responsabilidade para os seus filhos que, quando crescerem tendem a adotar o mesmo padrão de comportamento. (SILVA; LUZ, 2015, p.12 *apud* BARBOSA *et a*l.)

Dessa forma, o aspecto de sobrevivência de um indivíduo o leva a construir uma identidade, obtendo a imersão da imagem de si mesmo, compreendendo seu modo de ser e os papéis que exercem e representam-nos diferentes contextos e momentos da experiência social, se diferenciando e identificando ao mesmo tempo com os grupos sociais no qual faz parte. (FERNANDES; ZANELLI, 2006).

Dessa forma, a Psicologia visa intervir no atendimento psicossocial ajudando os jovens em uso abusivo de álcool a se perceberem como sujeitos de direitos e deveres. A Psicologia quando atua na comunidade ela precisa se sensibilizar e se tornar comum para que o trabalho funcione de maneira significativa, adentrando na comunidade buscando compreender os processos cognitivos, comportamentais, culturais que os indivíduos utilizam nas relações sociais. (AZEVÊDO, 2009)

# 2.5 Jovens em uso abusivo de álcool as Políticas Públicas e a Rede de atendimento Psicossocial

Segundo o Conselho Federal de Psicologia (2013 *apud* BRASIL, 2003), a rede de apoio destinada para ajudar dependentes químicos foi impulsionada pela Política de Saúde para a Atenção Integral aos Usuários de Álcool e outras Drogas. Através dessa Política de Saúde foram definidos programas de Atenção aos dependentes químicos. O Centro de Atenção Psicossocial (CAPS). Sendo o CAPS um serviço de saúde aberto e comunitário do Programa Único de Saúde (SUS), que oferece tratamento para pessoas que sofrem com transtornos mentais e demais quadros que necessitem de uma atenção diária. Outro dispositivo é o CAPS Álcool e Drogas (CAPS AD), serviço que atende transtornos decorrentes do uso de substâncias psicoativas. E o Centro de Atenção Psicossocial de Álcool e Outras Drogas 24 horas (CAPS AD III), destinado a proporcionar à atenção integral e contínua as pessoas com necessidades relacionadas ao consumo de álcool e outras drogas, com funcionamento de 24 (vinte e quatro) horas por dia.

Dentre esses CAPS, existe o Centro de Atenção Psicossocial Infantil (CAPS i) com o papel de auxiliar as pessoas com transtornos mentais, com o desenvolvimento de atividades lúdicas, com oficinas artísticas que vem a ser instrumentos terapêuticos capaz de proporcionar, além da saúde mental um espaço de convivência e integração de pacientes consigo mesmo com a sociedade. Contribuir para a desistigmatização os auxiliando a surgirem como seres criativos e capazes. Proporcionando nesses espaços o trabalho em grupo que os ajude no convívio com o outro e com os familiares também participantes das oficinas, para o entendimento de como lidar com o doente mental em meio às dificuldades encontradas.

Evangelista e Constantino (2017 *apud* SLUSKI, 1997) apontam três conceitos de rede, Apoio Social, Integração Social e Experiência Social Reabilitante. O apoio social oferece suporte ás relações formais e informais entre os dependentes, já a Integração Social e Experiência Social Reabilitante atuam no processo de redução e prevenção da situação de riscos.

Segue abaixo demais documentos de referências técnicas para a atuação de psicólogos (as) em Políticas Públicas de álcool e outras drogas (CREPOP 2013), elaborado por autores do Conselho Regional de Psicologia (CRP).

A política do Núcleo de Apoio à Saúde da Família (NASF) e Estratégia Saúde da Família (ESF) relaciona-se a Atenção Primária a Saúde (APS), com apoio integral aos indivíduos e a família, uma estratégia de acompanhamento em longo prazo com práticas preventivas, curativas e de reabilitação. Os psicólogos fazem parte da equipe de apoio, levando conhecimento, agregando à participação das diretrizes estabelecidas, adaptando a realidade vivencial das comunidades.

A Política do Centro de Referência da Assistência Social (CRAS) visa prevenir e proteger pessoas em vulnerabilidade e risco social, capacitando suas potencialidades, fortalecendo os vínculos familiares e comunidades. Existe o Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS) que atende pessoas em risco pessoal e social decorrentes de maus tratos, físicos ou psíquicos, abandono e abuso de substâncias psicoativas. Nesse contexto, ocorre a articulação com a Política de Assistência Social buscando intervenção no fortalecimento dos indivíduos, dos vínculos familiares e inserção social dessa população.

Gonçalves e Capella (2016) dizem que no Brasil as Políticas Públicas se desenvolveram posteriormente a década de 50, seu primeiro estudo consistiu na mudança de investigação centrada no papel do Estado para estudos que privilegiassem o estudo das ações governamentais envolvendo processos de decisão, efetivação e avaliação.

Segundo Reis (2015) as Políticas Públicas se dão pela disputa ideológica, política e econômica, na qual estão envolvidos diversos grupos sociais que através da correlação de forças, conquistam seus objetivos.

Souza (2003) as Políticas Públicas configuram ações do Governo, ações voltadas para a população para a solução ou não dos problemas encontrados, essas Políticas perpassam o cotidiano da sociedade atual e sua relação com o Estado. Essas ações e decisões do governo assumem forças de controle sobre a sociedade ou sobre determinada parte da população.

Para o autor Agum, Riscado e Menezes (2015, p.16), Políticas Públicas “é a discussão e prática de ações relacionadas ao conteúdo, concreto ou simbólico, de decisões reconhecidas como políticas; isto é, o campo de construção e atuação de decisões políticas”.

As Políticas Públicas se constituem em metas, planos e conjuntos de ações que os Governos Estaduais, Municipais e Nacionais esboçam com o objetivo de conseguir o conforto da sociedade e o interesse público. O autor ainda ressalta que a sociedade não expressa suas demandas de forma integral aos vereadores, deputados e senadores, devido isso, as demandas solicitadas são definidas pelo Governo e não pela sociedade.

Reis (2015) pontua que pensar em Políticas Públicas articulado com a Psicologia de uma forma geral significa pensar em instituições de uma sociedade de interesse comum, maximizar o bem estar social requer elaboração de planos que visem á redução de conflitos que resultará no alcance do interesse comum na obtenção de ganhos para a sociedade.

AsPolíticas Públicas aparecem como forma de garantias dos direitos, com um olhar desde a infância, adolescência até a juventude, articulando com o estado para defesa dos diretos humanos fundamentais e básicos, revelando que é preciso um contrato que reforce o papel do estado. Resguardando essa parcela da população de negligências e violação dos seus direitos, promovendo assistências necessárias.

O decreto de nº 9.024, de 5 de Abril de 2017 propõe, a inserção dos jovens nas Políticas Públicas, buscando um apoio a nível nacional da secretaria, para desenvolver estratégias que propicie o desenvolvimento da juventude articulando com demais órgãos municipais, estaduais, federais e organizações da sociedade civil para promover discussões na área juvenil, apresentando propostas de Políticas Públicas que venham defender, garantir os direitos humanos e fundamentais.

E se tratando dos jovens em consumo excessivo de álcool. Para Furtado e Ronzan (2010), o comportamento de ingestão de álcool é um problema de saúde pública que precisa de atenção, com ações e tratamentos adequados para preservação da sociedade com a participação de Políticas Públicas que diminuam os impactos dessa população, promovendo qualidade e preservação da vida.

Sobre as Políticas Públicas de Saúde

As políticas públicas estão ligadas ao mundo social e neste contexto, inclui-se a saúde. As políticas públicas de saúde constituem-se de um conjunto de ações sociais dirigidas à garantia do direito à saúde em todas as suas dimensões (promoção, proteção e recuperação), orientado para a melhoria das condições de saúde da população e do ambiente natural, social e do trabalho, e visam, sobretudo, garantir às populações vulneráveis o direito a saúde. (SANTOS; OLIVEIRA, 2013, p.86)

As Políticas Públicas de Saúde do Consultório de Rua (CR) atende aos usuários de substâncias psicoativas lícitas e ilícitas, vivendo em situação de rua que possuem ou não dificuldade em acessar aos serviços de saúde, promovendo atenção e assistência aos usuários em exclusão social. Conta com uma equipe multidisciplinar composta por profissionais da saúde mental, da atenção básica e profissional da assistência social. Entre suas diretrizes estão à construção de dispositivos públicos de atenção integral em álcool e outras drogas que ofereçam auxílio aos usuários com problemas em relação ao uso de substâncias psicoativas, com o diferencial de ser no espaço de rua.

Dispositivos como o Consultório na Rua e demais estratégia de saúde

Estratégia de Saúde da Família (ESF), Agentes Comunitários de Saúde (ACS), Núcleo de Apoio à Saúde da Família (NASF) – busca fortalecer a articulação com a rede psicossocial - CAPS AD, Unidades de Acolhimento (UAS), Consul­tórios de Rua, Programas de Redução de Danos (PRDS) e Escola de Re­dutores de Danos (ERD). Para ampliar as ações de proteção social, o SUAS preconiza os Centros de Referência de Assistência Social (CRAS) e os Centros de Referência Especializada de Assistência Social (CREAS). (CREPOP, 2013, p. 38).

Os serviços de atenção ao uso de álcool e outras drogas se relacionam aos cuidados com usuários e também de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF), que consiste em ser preventivo, protetivos e proativo com as famílias. Existe o serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos (PAEFI) que direcionam as ações relacionadas aos direitos e violação dos direitos que colocam os indivíduos em risco pessoal ou social.

O Centro de Referência Técnica de Políticas Públicas (CREPOP) trás a discussão sobre as Políticas Públicas do álcool, fazendo uma reflexão histórica sobre os primeiros acontecimentos que desencadearam tais ações. O álcool é considerado um problema de saúde desde 1852, época que o primeiro hospício brasileiro Pedro II segregavam e enclausuravam as pessoas, relatando se tratar de seres com graves problemas de saúde e de controle pessoal, com patologia dos nervos e problemas com a moral. Levadas aos manicômios, hospitais psiquiátricos e demais instituições asilares para afastá-los do convívio social e realização dos tratamentos.

O Conselho Federal de Psicologia (CFP) menciona o Centro de Referência Técnica em Psicologia e Políticas Públicas (CREPOP), criado em 2006, como uma forma de pautar as atuações dos psicólogos nesse espaço das Políticas Públicas, com pesquisas coordenadas nacionalmente. Promovendo a qualificação dos profissionais de forma sistematizada, para divulgação das práticas do profissional na área. Com elaboração desse documento se mostra como grande referência para nortear a reflexão sobre a prática dos psicólogos.

O Centro de Referência Técnica em Psicologia e Políticas Públicas (CREPOP) assim é uma iniciativa do Conselho Federal e Regional de Psicologia, criado no intuito de embasar e auxiliar a relação dos profissionais com as Políticas Públicas, de forma técnica, ética e política, orientando na garantia dos direitos e transformação de vidas, assunto prestado pela psicologia como um todo e realçada na área social, com a ação Política de transformação social.

O Estatuto da criança e do Adolescente (ECA)se mostra atentos para a concepção do direito dos adolescentes e jovens. O direito dos jovens a participarem da construção das Políticas Públicas, com diálogo entre atores sociais e poder público, levando as ações se tornarem mais participativas e democráticas. Existem as Políticas de modelos base, como as de cidadanias tuteladas ou as assistenciais que exercem formas de controle do estado sobre a sociedade. (SPOSITO; CARRAMO, 2003).

Os autores constroem uma reflexão a cerca das Políticas Públicas brasileiras para a juventude, rememorando que muitas Políticas iniciais não comtemplava as reais necessidades dos jovens, estando essas ligadas a ações sociais gerais, não levando em consideração os jovens como representantes do futuro, da nova geração. Em 1990 essa realidade passa a mudar, despertando o conhecimento e participação da sociedade civil, Organizações não Governamentais (ONGs) e poder público, reconhecendo e avaliando os produtos de conflitos existentes na sociedade. Percebendo a juventude e suas formas de representações, acompanhando as novas modulações e adentrando na agenda política. (SPOSITO; CARRAMO, 2003).

Para Santos (2018), os problemas como a não integração social dos jovens brasileiros seria fruto da condição de pobreza, demarcando os jovens por sua condição, classe e cor, principalmente a camadas populares. Há vista disso, a sociedade civil, Organizações não Governamentais (ONGs) e as Organizações das Nações Unidas (ONU), passam a atuar para mudar o cenário de violação dos direitos sofridos com propostas de melhorias, para mudar o conceito de juventude, discutindo formas de engajamentos e atuação nas políticas juvenil para alcançar a mudança.

A promoção de estratégias busca minimizar os prejuízos sofridos quando ocorre a dependência do álcool, com alternativas de prevenção através do lazer e esportes, e demais medidas protetivas que vão de encontro ao resgate dessa população, utilizando os dispositivos de atenção à saúde e bem-estar psicossocial e de redução de danos.

Com relação ás Políticas de combate ao álcool e outras drogas

A partir de 1980, o Conselho Federal de Entorpecentes (COFEN), foi o responsável pela formulação de políticas públicas para o enfrentamento das drogas. Embora a atuação do COFEN tenha privilegiado as atividades de repressão à produção, tráfico e consumo de drogas, algumas iniciativas deste órgão promoveu um desenvolvimento das práticas de atenção ao usuário de álcool e outras drogas. (SANTOS; OLIVEIRA, 2013, p.85)

O programa possui apoio dos centros de referência em tratamento, com pesquisas relacionadas à área da prevenção de álcool e outras drogas, apoio dos programas de Redução de Danos e das comunidades terapêuticas.

Segundo Santos e Oliveira (2013) o Conselho Nacional Antidrogas (CONAD) em 2005 aprovou a Política Nacional sobre Drogas programa que atua no controle do impacto das drogas sobre a sociedade brasileira. Esse programa enfatiza o uso abusivo de drogas como um problema de saúde pública, ressaltando a necessidade do tratamento para usuários de álcool e outras drogas objetivando a recuperação e reinserção social desses sujeitos.

Segundo o Ministério da Saúde o combate ao consumo excessivo de álcool e/ou dependência do álcool e outras drogas pode ser definida através da prevenção do processo de planejamento com implementação de estratégias na proposta de redução dos fatores de vulnerabilidade e riscos sociais. (BRASIL, 2003)

Lima *et al*.(2015), quando os jovens são estimulados a pensar sobre sua relação com o álcool de uma forma mais reflexiva e não punitiva, cresce um interesse em entender melhor os efeitos do álcool sobre seu organismo e os riscos que esse uso abusivo pode acarretar. Aumenta também, uma reflexão sobre a forma de lidar com as bebidas alcoólicas e assim, cresce a possibilidade de diminuir o uso abusivo do álcool e os riscos sociais nesses jovens.

Diante de casos de consumo abusivo de álcool **e drogas**

o psicólogo pode: acompanhar mais intensivamente os casos identificados[...] de uso regular e abusivo e com prejuízos à funcionalidade, exposição a riscos, danos e vulnerabilidades; trabalhar a partir do manejo do vínculo, da escuta qualificada e do acolhimento do sujeito em suas necessidades e singularidade permanece imprescindível para minimizar as resistências e oferecer abordagem direta e assertiva [...] como orientações e intervenções breves para minimizar as situações de vulnerabilidade e exposição a riscos físicos e sociais; oferecer assistência psicológica e orientação com o serviço social para ampliar as ações de cuidado na rede de saúde e assistência social e no território[...] (LIMA, *et al.,* 2015, p. 194)

Mangueira *et al.* (2014)expõe que as Políticas do álcool estão inseridas no Sistema Único de Saúde (SUS) e agem como Políticas Públicas de estratégias de tratamentos gratuitos para os usuário de substâncias psicoativas, com participação do Ministério da Saúde, apresentando em 2003 a Política para a Atenção Integral ao Uso de Álcool e Outras Drogas, declarando que a abstinência não é o único caminho e que a política de redução de danos se mostra como uma alternativa promissora. Em 2004 foi publicada pelo Governo a coletânea sobre Álcool e a redução, explicando que a redução de danos age como intervenções realistas, reconhecendo que o consumo pode vir a ser não interrompido, precisando haver então estratégias complementares ao seu uso e dependência do álcool. Em 2007 publicou-se a Política Nacional de Álcool, comtemplando a intersetorialidade com ações sociais.

O álcool é o responsável por muitos danos na vida do sujeito, no âmbito social e individual, e a Redução de Danos se propõem a ajudar as famílias e as comunidades dos dependentes químicos.

O programa de Redução de Danos é uma estratégia que visa á minimização de riscos e danos associados ao consumo de álcool e drogas. É um programa que se refere a Políticas, que visam reduzir primeiramente as consequências adversas para a saúde. Trabalhar com a redução de danos envolve conhecer das Políticas de Saúde, no Brasil as Políticas Públicas estão inseridas nesse espaço, apoiando as pessoas que sofrem com a dependência química, que percebem e querem auxílio. (BRASIL, 2004)

Em 2003 a Redução de Danos foi eleita pelo Ministério da Saúde de “Atenção Integral aos Usuários de Álcool e outras Drogas” como intervenções a essa população vulnerável, que não desejam parar o uso. Presando pela qualidade de vida as ações caminham em direção á liberdade de escolha, a responsabilidade individual, social, familiar, governamentais, incentivando o autocuidado.

Trabalhar com a redução de danos envolve conhecer as Políticas de Saúde, no Brasil as Políticas Públicas estão inseridas nesse espaço, apoiando as pessoas que sofrem com a dependência química, que se percebem e querem auxílio. Apoiando também os usuários que mantém o uso, levando esses a percepção para refletir sobre os problemas decorrentes, estar consciente para buscar soluções para um melhor desenvolvimento, se assim, quiserem.

Reis e Zanella (2015) pontuam que pensar em Políticas Públicas articulado com a Psicologia Social de uma forma geral significa pensar em instituições de uma sociedade de interesse comum, maximizar o bem estar social requer elaboração de planos que visem á redução de conflitos que resultará no alcance do interesse comum na obtenção de ganhos para a sociedade.

A atuação e participação dos psicólogos nesse espaço do Centro de Referência Técnica em Psicologia e Políticas Públicas (CREPOP 2013) são de suma importância, pautada em práticas de intervenção junto aos usuários, sem prévios julgamentos em vista dos estigmas já enfrentados, buscando acolher e aceitar os usuários como são, com respeito, através da abordagem de redução de danos trabalharem suas necessidades e potencialidades. Um trabalho multidisciplinar, de clínica ampliada relacionando as redes de atenção, melhorando os laços sociais, informando respostas às demandas e necessidades dos usuários. Atuando de forma ética e acolhedora propicia e cativa o fortalecimento do vínculo com essa população.

Reis e Zanella 2015, a Psicologia dialogando com as Políticas Públicas, vêm auxiliar essas pessoas, empoderá-las e motivar a participação de espaços públicos, como as conferências e reuniões que são discutidas as Políticas Públicas, objetivando melhorias nos serviços. As Políticas Públicas de saúde mental devem discutir e atualizar todos os meios de acesso da população às informações, estudar as demandas através de critérios epidemiológicos, visando melhorias nos serviços principalmente para os usuários facilitando o processo de inclusão e inserção social na comunidade.

Azevêdo (2009), despertar nesses sujeitos o desejo por mudança de forma a acreditar que é possível a mudança, a partir do momento que passam a agir, atuar de forma mais participativa e efetiva por suas vontades. Esse método de trabalho com os grupos faz parte de uma construção sócia histórica e Política que vem incentivar a participação de todos de forma sistêmica, na busca de soluções dos problemas enfrentados.

Souza (2007), as Políticas Públicas podem compor esse trabalho, na qual a participação governamental auxiliará com a modificação do local, com sanções positivas que tragam resultados bons para a população da comunidade, com programas, projetos, planos e ações que construídos juntos, farão os sujeitos se envolver nos programas sociais as quais necessitam inclusive os que possuem uma baixa renda. Buscar por Políticas Públicas é agir pretendendo uma melhor assistência á população de forma mais direta, com apoio.

A atuação do profissional de psicologia nas Políticas Públicas se mostra importante, conquistando esse espaço para melhor entender a relação entre indivíduo e sociedade numa perspectiva psicossocial, contribuindo para a reflexão dos sujeitos os auxiliando sobre sua identidade, na tomada de consciência de si, na compreensão do seu papel na comunidade mediante suas vivencias e identidade social, e assim, ingressar, se desenvolver e agir por meio dos dispositivos de Políticas Públicas na perspectiva de Redução de Danos do consumo excessivo de álcool.

# 

# 3 MÉTODOLOGIA E PROCEDIMENTOS DA PESQUISA

# 3.1 Classificação da Pesquisa

O desenvolvimento do presente estudo caracterizou-se de natureza qualitativa, em nível descritivo. Optou-se por realizar um trabalho delineado como pesquisa bibliográfica, fundamentada em uma ampla revisão de literatura. Uma pesquisa básica e estratégica que analisou o tema: Atendimento Psicossocial de jovens em uso de álcool, abordado pelo conhecimento da área da Psicologia social, objetivando descrever e demonstrar numa perspectiva psicológica.

Com esse estudo pretendeu-se dar ênfase aos jovens e seu consumo excessivo de álcool bem como o atendimento psicossocial com o mesmo. A pesquisa pretende conhecer, identificar e avaliar os possíveis danos e prejuízos psicológicos causados pelo consumo excessivo de álcool entre os jovens.

# 3.2 Procedimento de coleta de dados

Foram utilizadas as bases de dados virtuais como da plataforma *Scientific Eletronic Library Online* (SCIELO). Através da plataforma do Google Acadêmico, do portal de Periódicos Eletrônicos de Psicologia PePSIC, do Centro de referência Técnica em Psicologia e Políticas Públicas (CREPOP), livros e teses de publicações de referência científicas. Optou-se por mais escolhas de bibliotecas virtuais devido abrangerem uma coleção variada de periódicos científicos, com confiabilidade acadêmica.

A pesquisa buscou pelas obras nas bases de dados, processou com a investigação dos seguintes conceitos: Uso excessivo do álcool, Adolescência, juventude e desenvolvimento psicológico e contemporaneidade, Juventudes brasileiras e seus desafios, Psicologia social, juventude e políticas públicas, Juventude vulnerabilidade e risco social e as políticas públicas brasileiras, Contribuição da psicologia social no atendimento aos jovens e Centro de Atenção Psicossocial.

Os critérios adotados para seleção das obras estavam disponíveis na íntegra e não de forma resumida, estar em língua portuguesa, buscando as publicadas com datas mais atuais. Pesquisados conceitos e palavras - chave que melhor se articulassem com o tema, para seleção de material pertinente.

Coletou-se aqueles artigos científicos que mais se relacionou com o presente trabalho, realizando uma prévia leitura dos textos encontrados, com aprofundamento nas obras de maiores interesses, e após, realizou-se uma leitura analítica dos trabalhos mais relevantes. Essa etapa da pesquisa contribui para uma identificação acerca da temática proposta.

# 3.3 Análise e interpretação

Essa etapa da pesquisa contribuiu para uma identificação acerca da temática proposta. Após leitura criteriosa das fontes científicas, procedeu-se a organização das informações denominadas revisão de literatura, sempre buscando mencionar as informações mais relevantes, buscando perceber e interpretar os assuntos abordados, e montando a discussão com base nessas informações, atentando relacionar os dados com os dados da atualidade.

Neste estudo, os participantes pesquisados de acordo o material bibliográfico com o tema: Atendimento Psicossocial de jovens em uso de álcool passaram por uma coleta de dados epidemiológicos, conhecendo o índice de consumo etílico entre esses jovens brasileiros, visando identificar as consequências psicológicas do álcool em suas vidas, apara analisar os possíveis danos. Usando como instrumentos sócios demográficos de avaliações e de pesquisas previamente realizadas pelos autores.

Buscou-se conhecer e entender sobre as relações causas e efeitos dos fenômenos, possibilitando mais estudos teóricos e úteis para a sociedade, de leitura analítica que consiste em detalhar o texto, um estudo com conhecimentos de técnicas de intervenções que proporcionem melhores qualidades de vida, com intervenções psicossociais, de forma a prevenir e intervir nas relações e contextos de sofrimento. Com o método descritivo, e análises dos dados que correlacionou aos fatores pesquisados, para entender um pouco mais sobre os comportamentos entre determinadas populações.

Foram propostos assim, diálogos sobre a qualidade de vida, levando ás pessoas a conhecerem técnicas de tratamento para melhora das condições de vida, amenizando os impactos de sofrimento, propondo conhecimento para melhor auxiliar os profissionais de Psicologia e demais profissionais que atuam nas áreas mencionadas da saúde e social para possibilidades de soluções. Desta forma, dialogando com as matérias ministradas durante o curso, chegou-se a conclusões do estudo, colocando-se disponível para avaliação da banca examinadora.

# 4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir dos estudos realizados pode se averiguar que o consumo de álcool é uma prática que perpassa por muitos anos na sociedade brasileira e essa prática se naturalizou entre as pessoas inclusive entre os jovens.

Para compreensão acerca do atendimento aos jovens em uso abusivo de álcool o estudo perpassou pela Psicologia Social e a juventude brasileira contemporânea, fazendo uma correlação às Políticas Públicas, buscando realizar uma reflexão acerca das condições de vulnerabilidades sociais que os jovens podem estar vivenciando com a dependência do álcool.

Considerando os aspectos da adolescência como fase interligada a juventude, período de experiências e desenvolvimento do ser humano que vai além de aspectos físicos, atentando a questões do contexto sócio histórico e cultural, buscou se entender o psiquismo e as questões psicossociais, que fazem parte do processo do desenvolvimento psicológico dos adolescentes e jovens. A adolescência e juventude são condições parametrizadas por uma faixa etária, ou seja, se considera adolescência na faixa etária de até 18 anos de idade, já a juventude é considerada na faixa etária de 18 a 29 anos de idade. Ambas se entrelaçam também na contemporaneidade, envolvendo as experiências e novos posicionamentos como passagem ao mundo adulto, englobando escolhas, mudanças e alguns riscos relacionados ao comportamento de abuso do uso etílico.

Durante seu processo de constituição a juventude brasileira passa por desafios em que os jovens se deparam com alguns impasses que se consolidam em atitudes e preferências que podem desencadear em riscos e consequências prejudiciais ao seu desenvolvimento, como o consumo exagerado do álcool, danificando a saúde, as relações sociais, familiar e econômica, demostrando assim, a necessidade de buscar alternativas e estratégias como dispositivos para a superação dos problemas enfrentados, sem a busca pelo álcool.

A Psicologia Social e as Políticas Públicas surgem como proposta de intervenções Psicossociais almejando contribuir com a auto percepção dos jovens, seu reconhecimento como cidadãos de direitos e deveres, mais participativos e protagonistas de Políticas Públicas, auxiliando-os a buscarem dispositivos da rede de fortalecimento dessa etapa do processo de desenvolvimento e consequentemente a Política de Redução de danos e os demais dispositivos como o Centro de Atenção Psicossocial (CAPS).

O trabalho desenvolvido faz também uma análise da juventude e o alcoolismo propondo um olhar para os jovens brasileiros, demonstrando suas transformações na vida e na comunidade. Com base no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) o consumo do álcool para menores de 18 anos de idade se caracteriza como crime.

Foi evidenciado que o consumo etílico entre os jovens tem se tornado cada vez mais precoce, estimulado por conflitos familiares, incertezas, violências e desafios, sendo drogas legalmente aceitas no convívio social, seu consumo excessivo oferece risco no que tange ao desenvolvimento psicológico, social e os aspectos físicos.

A psicologia vem contribuir adentrando nas Políticas Públicas e convidando os sujeitos a se posicionarem como seres conscientes, com técnicas e metodologias demonstrando possibilidades de tratamentos, estimulando os sujeitos a irem de encontro às Políticas sociais que os possibilitem mudanças quando necessárias, pois, a dependência do álcool pode afetar o convívio social prejudicando o psicológico e o físico do sujeito, o raciocínio se torna lento podendo comprometer a realização das tarefas, levando muitas vezes ao envolvimento de acidentes no trabalho e por consequências no trânsito podendo ocasionar mortes. E por consequências a esse consumo o dependente do álcool pode perder seu emprego, seus direitos como cidadão, os direitos sociais ficando assim, desamparado e excluído da sociedade.

Assim, o atendimento Psicossocial dos jovens em uso abusivo de álcool ocorre através da proposta do fazer comunitário, intervindo na resolução de problemas, acolhendo e propiciando o desenvolvimento dos jovens. Trata-se de uma verificação na qual se busca compreensão sobre os motivos pelos quais esses jovens estão em determinada situação e assim, entender como a Psicologia enquanto ciência pode intervir de maneira significativa com o atendimento psicossocial, acolhendo esses jovens com o intuito de ressignificação enquanto sujeitos na sociedade.

O atendimento perpassa por tratamentos Psicológicos, por programas de prevenção e reabilitação, com terapias em grupos, individual e atenção das Redes de Apoio que auxiliam na ressignificação do consumo excessivo de bebidas, concebendo a ingestão de álcool como um problema de saúde pública, de assistência social e Políticas Públicas necessitando de atenção e cuidados. O Conselho Federal de Psicologia (CFP) menciona o Centro de Atenção Psicossocial (CAPS), como rede de apoio destinada para ajudar dependentes químicos impulsionados pela Política de Saúde para a Atenção Integral aos Usuários de Álcool e outras Drogas. Apresentando-se nas modalidades Centro de Atenção Psicossocial Álcool e Drogas (CAPS AD), Centro de Atenção Psicossocial Infantil (CAPS i) e Centro de Atenção Psicossocial Álcool e outras Drogas 24 horas (CAPS ADIII), serviços de saúde aberto e comunitário do Sistema Único de Saúde (SUS).

A Política de Redução de danos que propõe orientar os familiares e dependentes de substâncias alcóolicas, com estratégias de minimização dos riscos e danos sociais, fazendo menção ao Conselho Regional de Psicologia (CRP) (2019), que traz a reflexão a cerca da nova Politica de Redução de danos, onde os efeitos nefastos da [Lei 13.840/2019](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2019/Lei/L13840.htm) permite que os usuários de drogas sejam internados involuntariamente sem a autorização judicial, reforçando a abstinência das comunidades terapêuticas em perda da Política de Redução de Danos e dos Centros de Atenção Psicossocial Álcool e Drogas (CAPS AD). Essa nova Lei modifica a [Lei 11.343/2006](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/l11343.htm) relatando haver um retrocesso nas Políticas Nacional de Atenção aos Usuários de Álcool e outras, marco na Luta Antimanicomial que estabelecia o respeito e a dignidade humana com os usuários de drogas e pessoas com transtornos mentais. A mudança da nova lei infringe o direito da liberdade e escolha das pessoas, ferindo a dignidade humana, não refletindo sobre as dificuldades de lidar com o problema do abuso alcoólico, sem levar em consideração os conselhos e a participação da população de interesse contrariando os estudos propostos nesse trabalho.

Políticas Públicas são instrumentos importantes para condução e intervenção dos trabalhos na área da saúde e Assistência Social, com ações de promoção e prevenção, direciona a defesa da vida, dialogando com a população em situação de vulnerabilidade social através de programas, projetos e planos de interesse da comunidade expandindo para a sociedade como um todo.

Assim, faz se necessário conhecer mais dessa temática para uma intervenção na prevenção precoce de uso abusivo de álcool. Torna-se importante os profissionais da Psicologia compreenderem melhor essa problemática para a diminuição dos estigmas e consequentemente a Redução de Danos articulada com os dispositivos de Políticas Públicas. Para ajudar na assistência aos dependentes químicos, aos familiares, amigos, e as pessoas inseridas na comunidade, na obtenção de prevenir, tratar e reabilitar esses usuários.

Dessa forma, a pesquisa visou alcançar ganhos na vida acadêmica, para utilização de futuras intervenções com aplicação da práxis que agregue conhecimentos científicos que ajudem a identificar as possíveis consequências e prejuízos sofridos por esses jovens em um consumo abusivo de álcool, auxiliando na compreensão da garantia dos direitos universais, compromisso social que é papel e dever do Estado.

# REFERÊNCIAS

ABRAMO, H.W. O uso das noções de adolescência e juventude no contexto brasileiro. In: ABRAMO, H. W; LEÓN, O. D. *Juventude e adolescência no Brasil: referências conceituais*. Ação Educativa. São Paulo, nov. 2005. Cap.2, p. 1-40. Disponível em: <https://library.fes.de/pdf-files/bueros/brasilien/05623.pdf> Acesso em: 05 de abril de 2019.

AGUM, R. *et al.* Políticas Públicas: Conceitos e Análise em Revisão**.** Revista Agenda Política, Piauí, v.3, n. 2, p.12-42, jul/.dez. 2015. Disponível em: <http://www.agendapolitica.ufscar.br/index.php/agendapolitica/issue/view/7> Acesso em: 08 de novembro de 2019

AMBROMOWAY, M. *et al.* Violência e Vulnerabilidade: literatura e conceitos: Explorando a literatura sobre violência. In: AMBROMOWAY, M. et al. *Juventude, violência e Vulnerabilidade Social na América Latina: desafios para políticas públicas*. Edições UNESCO. Brasília: UNESCO, BID, 2002. Cap. 1, p.87. Disponível em: <http://livros01.livrosgratis.com.br/ue000077.pdf>Acesso em: 09 de Março de 2019.

ANDRADE, C. Transição para a idade adulta: Das condições sociais às implicações psicológicas. *Análise Psicológica*, v.2, n. 28, p.255-267. 2010. Disponível em: <http://repositorio.ispa.pt/bitstream/10400.12/6145/1/2010_28%282%29_255.pdf>

Acesso em: 07 de maio de 2019.

AZEVÊDO, A, V, S. A Psicologia Social, Comunitária e Social Comunitária: definições dos objetos de estudo. *Psicologia &m foco*. Aracaju, Faculdades Pio Décimo, v. 3, n. 2, p. 64-72, jul./dez. 2009. Disponível em: <http://linux.alfamaweb.com.br/sgw/downloads/161_013426_Formatado7-PsicologiaSocialComunitaria.pdf>. Acesso em 26 de agosto de 2019.

BORDIGNON, J. C. Psicologia e adolescência: O que revelam as pesquisas?. 2015.143 p. Dissertação (Mestrado em Psicologia como Profissão e Ciência) Programa de Pós Graduação *Strictu Sensu* em Psicologia, do Centro de ciências as Vida, da PontíficiaUnivesidade Católica de Campinas. Disponível em: <http://tede.bibliotecadigital.puc-campinas.edu.br:8080/jspui/bitstream/tede/343/1/JEFERSON%20CARLOS%20BORDIGNON.pdf>. Acesso em: 23 de agosto de 2019.

BRASIL. Atlas da Violência 2019. Ipea Fórum Brasileiro de Segurança Pública. Brasília: Rio de Janeiro: São Paulo: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. p.1-116, 2019. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=34784&Itemid=432>. Acesso em: 4 de novembro de 2019

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_. Conselho Federal de Psicologia. Centro de Referência Técnica para Atuação do Psicólogo em Políticas Públicas Sobre Álcool e Outas Drogas (CREPOP). Disponível em: <https://site.cfp.org.br/wpcontent/uploads/2014/01/CREPOP_REFERENCIAS_ALCOOL_E_DROGAS10.01.13.pdf> Acesso em: 24 de setembro de 2019.

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_.Decreto de nº 9.024, de 5 de Abril de 2017. Institui o comitê Interministerial da Política de juventude. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2017/Decreto/D9024.htm>. Acessado em: 19 de setembro de 219.

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. Brasília: Ministério da saúde, p. 1-144. 2004. Disponível em: <http://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/alcool_reducao_danos2004.pdf> Acesso em: 10 de outubro de 2019.

CASTRO, E. G.; MACEDO, S. C. Estatuto da Criança e Adolescente e Estatuto da Juventude: interfaces, complementariedade, desafios e diferenças*. Revista Direito Práxis,* Rio de Janeiro, v. 10, n. 02, p. 1214-1238, mar. 2019.

Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rdp/v10n2/2179-8966-rdp-10-2-1214.pdf>Acesso em: 15 de outubro de 2019.

DUAILIBI, S.; LARANJEIRA, R. Políticas públicas relacionadas às bebidas alcóolicas. *Revista Saúde Pública*. v. 41, n.5, p. 839-48. 2007. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rsp/v41n5/6462.pdf>. Acesso em: 7 de setembro de 2019.

EVANGELISTA, V. M. A.; CONSTANTINO, E. P. a relevância das redes de apoio social durante a infância. *Revista Estudos*, São Paulo, v.17, n.17, p.2017-232. 2013. Disponível em: <http://ojs.unimar.br/index.php/estudos/article/view/863/510>

Acesso em: 01 de novembro de 2019.

FERNANDES, R.;ZANELLI, J.C. O processo de construçăo e reconstruçăo das identidades dos indivíduos nas organizações. RAC, v.10, n.1, jan./mar. p.55-72. 2006. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rac/v10n1/a04.pdf>. Acesso em: 15 de novembro de 2019.

GÁRCIA, L. P.; FREITAS, L. R. S. Consumo abusivo de álcool no Brasil: resultados da Pesquisa Nacional de Saúde 2013. *Epidemiol. Serv. Saúde,*

BRASÍLIA*,* v.24, n.2, p. 227-237, *abr-jun 2015.* Disponível em:<http://www.scielo.br/pdf/ress/v24n2/2237-9622-ress-24-02-00227.pdf>

Acesso em: 1 de novembro de 2019.

GONÇALVES, F. B.; CAPELLA, A. C. N. Os Estudos das Políticas Públicas no Brasil: passado, presente e caminhos futuros da pesquisa sobre análise de políticas. *Os Estudos das Políticas Públicas no Brasil*. Revista Política Hoje, V.25, n. 1, p.71-90. 2016. Disponível em: <https://periodicos.ufpe.br/revistas/politicahoje/article/viewFile/3710/3012>. Acesso em: 10 de novembro de 2019.

GUIMARÃES, A. Q.; ALMEIDA. M. E. Os jovens e o mercado de trabalho: evolução e desafios da política de emprego no Brasil, Belo Horizonte, v.8, n.2, p.26. 2013. Disponível em: <https://periodicos.fclar.unesp.br/temasadm/article/view/6845>

Acesso em: 20 de setembro de 2019

HAUCK, N. F.; Teixeira, M. A. P. Motivos para beber e situações de consumo de bebidas alcoólicas: um estudo exploratório. Mudanças – Psicologia da Saúde, n.20, n.1-2, p. 1-6. jan./dez. 2012. Disponível em: [file:///C:/Users/TEMP/Desktop/3062-10107-1-PB.pdf](file:///C:\Users\TEMP\Desktop\3062-10107-1-PB.pdf). Acesso em 15 de novembro de 2019.

HEIM, J.; Andrade, G. A. Efeitos do uso do álcool e das drogas ilícitas no comportamento de adolescentes de risco: uma revisão das publicações científicas entre 1997 e 2007. ***Revisão da Literatura****.* São Paulo, v.1, p.61-64. 2008. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rpc/v35s1/a13v35s1.pdf>. Acesso em: 20 de outubro de 2019.

JANCZURA, R. Risco ou vulnerabilidade social?. Textos & Contextos, Porto Alegre. v.11, n. 2.p.301-308, dez. 2012. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/3215/321527332009.pdf> Acesso em: 22 de agosto de 2019.

JÚNIOR, A. J. P. Estatuto da Criança e do Adolescente**:** Lei 13.106 de 2015 e a luta por evitar o consumo de álcool por criança e adolescente. *Revista dos Tribunais,* p.13, dez. 2017.

Disponível em: <http://www.mpsp.mp.br/portal/page/portal/documentacao_e_divulgacao/doc_biblioteca/bibli_servicos_produtos/bibli_boletim/bibli_bol_2006/RTrib_n.962.15.PDF>. Acesso em: 28 de março de 2019

# JÚNIOR, A. J. P. Lei 13.106 de 2015 e a luta por evitar o consumo de álcool por criança e adolescente. *Revista dos Tribunais*. vol.962. Estatuto da Criança e do Adolescente. Dez. 2017. Disponível em: <http://www.mpsp.mp.br/portal/page/portal/documentacao_e_divulgacao/doc_biblioteca/bibli_servicos_produtos/bibli_boletim/bibli_bol_2006/RTrib_n.962.15.PDF>. Acesso em: 30 de março de2019.

LARA, R. M. Desafios metodológicos de pesquisa sobre jovens no Brasil Contemporâneo. São Paulo, v.4, p. 14. 2008. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/pontoevirgula/article/view/14175>. Acesso em: 16 de setembro de 2019.

LEÓN, O. D. Adolescência e juventude: das noções às abordagens. In: ABRAMO, H. W.; LEÓN, O. D. Juventude e adolescência no Brasil: referências conceituais. Ação Educativa. São Paulo. Nov. 2005. Cap.1. p.1-40. Disponível em: http://library.fes.de/pdf-files/bueros/brasilien/05623.pdf Acesso em: 05 de abril de 2019.

LIMA, A. I. O, *et al*. Consumo de álcool e drogas e o trabalho do psicólogo no núcleo de apoio á saúde da família. *Psicologia em Pesquisa UFJF*, v.9, n.2, p.188-197. Jul./Dez. 2015. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/psipesq/v9n2/v9n2a09.pdf>. Acesso em: 15 de Abril de 2019.

MANGUEIRA, S. O. *et al.* Promoção da saúde e políticas públicas do álcool no Brasil: Revisão integrativa da literatura. Psicologia & Sociedade,v. 27, n.1. p. 157-168. 2014. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/psoc/v27n1/1807-0310-psoc-27-01-00157.pdf>. Acesso em: 10 de outubro de 2019.

NEVES, K. C. et al. Fatores e motivação para o consumo de bebidas alcoólicas na adolescência, Escola Anna Nery Revista de Enfermagem, Rio de Janeiro, v. 19, n.2, p.286-291, abr/jun. 2015. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ean/v19n2/1414-8145-ean-19-02-0286.pdf>Acesso em: 20 de agosto de 2019

OLIVEIRA, R.C Vulnerabilidade social e juventude: um estudo de suas dimensões e impactos. Jornada Internacional de Políticas Públicas, Maranhão, v.8, n.21, p. 1-12. 2017. Disponível em: <http://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinpp2017/pdfs/eixo4/vulnerabilidadesocialejuventudeumestudodesuasdimensoeseimpactos.pdf>. Acesso em: 23 de março de 2019.

REIS, A.C. ZANELLA, A.V. Psicologia Social no campo das políticas públicas: oficinas estéticas e reinvenção de caminhos. *Revista de Ciências Humanas*, Florianópolis, v. 49, n. 1, p. 17-34, jan/jun. 2015. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/revistacfh/article/view/2178-4582.2015v49n1p17/29604>. Acesso em: 29 de agosto de 2019.

RONZANI, T. M. FURTADO, E. F. Estigma social sobre o uso de álcool. Jornal Brasileiro de Psiquiatria. Rio de Janeiro, v. 59, n.4, p. 327-332. 2010. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0047-20852010000400010>*.* Acesso em: 16 de agosto de 2019.

SALLES, L. M. F.Infância e adolescência na sociedade contemporânea: alguns apontamentos. *Estudos de Psicologia*, vol. 22, núm. 1, jan/mar, p. 33 – 41. 2005. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-166X2005000100005&script=sci_abstract&tlng=pt>. Acesso em: 16 de setembro de 2019.

SANTOS, B. V. Ativismo juvenil e políticas públicas. O caso do Centro de Referência da Juventude de Belo Horizonte. 22 de fevereiro de 2018. p.119. Dissertação (Mestrado em Psicologia Social). Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas. Belo Horizonte, MG. 2018.

Disponível em: <https://repositorio.ufmg.br/bitstream/1843/BUBD-AXXEK8/1/disserta__o_brunovieira_vfinal.pdf> . Acesso: 15 de outubro de 2019

SANTOS, J. A. T; OLIVEIRA, M. L. F. Políticas públicas sobre álcool e outras drogas: breve resgate histórico. Metasínteses Qualitativas e Revisões Integrativas, Ribeirão Preto, SP, v.4, n.1, p.81-89. 2012. Disponível em; <http://incubadora.periodicos.ufsc.br/index.php/saudeetransformacao/article/view/1909>Acesso em: 27 de outubro de 2019.

SILVA, V. X.; LUZ, H. H. V. As implicações do alcoolismo na vida social e familiar do indivíduo dependente. Rio do sul-SC, p. 15, set. 2015. Disponível em: <http://www.uniedu.sed.sc.gov.br/wp-content/uploads/2016/02/Volnei-Xavier-da-Silva.pdf>. Acesso em: 14 de novembro de 2019.

SOUSA, K. P. A. Alguns fatores que influenciam o consumo precoce de álcool. *Revista Espaço Acadêmico,*n.193, p. 92-101, junho. 2017. Disponível em: <http://www.periodicos.uem.br/ojs/index.php/EspacoAcademico/article/view/33447/19461> Acesso em: 5 de setembro de 2019.

SOUZA, L.D.M. et al. Bem-estar psicológico de jovens de 18 a 24 anos: fatores associados. *Cad. Saúde Pública*, Rio de Janeiro, v.28, n.6, p.1167-1174, jun. 2012. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-311X2012000600015>. Acesso em: 08 de maio de 2019.

SOUZA, C. “Estado da Arte” da Área de Políticas Públicas: Conceitos e Principais Tipologias. XXVII Encontro Anual da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais (ANPOCS) GT: Políticas Públicas, Caxambu-MG, p.16. 2003. Disponível em: <https://anpocs.com/index.php/papers-27-encontro-2/gt-24/gt14-16/4232-csouza-estado-da/file>. Acesso em: 15 de outubro de 2019.

SOUZA, C. Z. V. G. Juventude e contemporaneidade: possibilidades e limites. Ultima década, Santiago, v.12, n.20, p. 28-69, jun. 2004. Disponível em:<https://scielo.conicyt.cl/pdf/udecada/v12n20/art03.pdf.> Acesso em: 4 de outubro de 2019.

SPOSITO, M. P; CARRANO, P.C.R. Juventude e políticas públicas no Brasil. *Revista Brasileira de Educação*. set /out /nov /dez. nº 24.p.16-39. 2003. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbedu/n24/n24a03.pdf>. Acesso em: 07 de setembro de 2019.

TOMIO, N. A. O. ; FACCI, M.G.D. Adolescência: uma análise a partir da psicologia sócio-histórica. *Rev. Teoria e Prática da Educação*, v.12, n.1, p. 89-99, jan./abr. 2009. Disponível em: <http://www.cascavel.pr.gov.br/arquivos/22052012_adolescencia_tomio_-_facci.pdf>. Acesso em: 22 de agosto de 2019.

VIEIRA, M. M. Psicologia Social: Blog de postagens de conteúdos acadêmicos para estudantes do ensino médio e superior. Jun, 2015. Disponível em: https://vieiramiguelmanuel.blogspot.com/2015/06/psicologia-social-trabalho-elaborado-e.html. Acesso em: 26 de agosto de 2019